

ACORDO ORTOGRÁFICO ([descarregue-o aqui](#))



<http://www.flip.pt/AcordoOrtográfico/TextodoAcordo/tabid/511/Default.aspx>

Apoiamos sempre o debate sobre o (des)Acordo Ortográfico, tema central do 6º Colóquio Anual da Lusofonia <http://lusofonia2007.com.sapo.pt>, igualmente debatido em <http://lusofonia2008.com.sapo.pt> no 3º Encontro Açoriano da Lusofonia, no 7º Colóquio Anual da Lusofonia <http://lusofonia2008.com.sapo.pt> e no 4º Encontro Açoriano da Lusofonia <http://lusofonia2009.com.sapo.pt>. Mantemos actualizado neste documento tudo o que, de importante, se vai dizendo sobre este tema. Leia esta vasta selecção de notícias e de opiniões que será a(c)tualizada regularmente.

Compilação Chrys Chrystello,

[Todas as notícias sobre o Acordo ortográfico aqui](#)

Algumas Notas ao 2º protocolo modificativo do acordo ortográfico 2008

Logo depois da independência do Brasil, os escritores diziam que não bastava uma independência política de Portugal, era preciso também uma independência cultural. Por isso, o Brasil nunca reconheceu a autoridade linguística de Portugal. As divergências ortográficas foram ocorrendo e, desde 1924, procura-se uma ortografia comum. Em 1945, chega-se a um acordo de unificação, que se tornou lei em Portugal no mesmo ano. No entanto, como o Parlamento Brasileiro não o ratificou, a ortografia brasileira continua a ser regida pelas disposições de 1943. Não faria sentido teimar em manter a obediência ao *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa*, celebrado entre Portugal e o Brasil em 1945 (quando ainda não havia televisão a cores, telemóveis ou Internet), acordo esse recauchutado no final do marcelismo com a exterminação dos acentos nos advérbios de modo. O que distingue uma língua viva de uma língua morta é precisamente o facto de estar em permanente evolução. Seria um esforço inútil não reconhecer as mudanças. Por alguma razão, não falamos latim. São os utentes menos cultos que fazem evoluir as línguas, que tendem para a simplificação e para a contaminação da escrita pela oralidade. Num momento em que escolas neozelandesas já aceitam que os alunos usem nos testes a escrita abreviada das SMS, seria tolo Portugal persistir em manter-se alheado do segundo protocolo do novo Acordo Ortográfico. O novo acordo, debatido desde 1986, culminou das negociações de especialistas incluindo Lindley Cintra, Malaca Casteleiro, Lurdes Belchior, Fernando Cristóvão e António Houaiss, e foi assinado pela primeira vez em 1990, por sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Devia entrar em vigor em Dezembro de 1994, mas só Portugal e o Brasil ratificaram o acordo. Quatro anos mais tarde, em 1998, um protocolo modificativo definiu que o acordo entraria em vigor assim que assinado pelos sete países. Só Portugal e o Brasil voltaram a ratificar. Em 2004, um segundo protocolo modificativo não estabeleceu data para a entrada em vigor, mas deixou claro que bastava ser ratificado por três países. Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe ratificaram. Portugal fez compasso de espera. Uma das questões que se me põem é por que é que a origem popular de certas palavras da nossa língua só pode ser

válida se ocorrer no “*jardim à beira-mar plantado*”, onde só habitam 3,33% dos 300 milhões de lusófonos. Temos de compreender que, a nível internacional, não há futuro para a língua portuguesa sem o Brasil. E está o Brasil empenhado em fazer do português um instrumento de afirmação externa? Não esteve, mas começa a estar. O Brasil está a começar a perceber que um instrumento fundamental para a afirmação de um poder à escala regional ou mundial é a afirmação de uma língua. Ora se o português é a quarta língua, em termos culturais, a nível mundial, pois não tem as limitações geográficas do russo, do chinês ou do hindu, significa que tem uma capacidade única de se afirmar e nada melhor do que através dum acordo que reconhece as diferenças e afirma as similaridades.

Alfabeto ganha três letras

As letras "k", "w" e "y" são oficialmente acolhidas no alfabeto português. É mais uma oficialização do que uma mudança, já que a prática há muito consagrou o seu uso, designadamente em vocábulos derivados de nomes próprios estrangeiros. Os dicionários registam, por exemplo, as palavras "kafkiano", "wagneriano", ou "yoga", esta última como alternativa legítima a "ioga".

Maiúsculas

Os meses do ano passam a grafar-se sem maiúscula inicial, tal como acontece com os pontos cardeais, salvo quando correspondam a uma região. A opção pela maiúscula torna-se ainda facultativa em vários casos, incluindo títulos de obras - a primeira palavra deve ter sempre maiúscula inicial, mas as restantes podem não a ter -, tratamentos de cortesia, como Senhor Doutor, ou nomes de disciplinas do saber (Português, Matemática). A generalidade dos topónimos mantém a maiúscula, mas esta torna-se facultativa em nomes de ruas, praças, etc. Vai ser possível, portanto, escrever-se avenida dos aliados ou rua augusta.

Consoantes mudas

Quando um dos termos de uma sequência consonântica é proferido na pronúncia culta da língua, como em "pacto" ou "ficção", fica tudo como está. Se é invariavelmente mudo, como acontece nas palavras "acto", "coleção" ou "director", o "c" cai sempre. Pela mesma lógica, cai o "p" em "Egipto" ou "peremptório", sendo que neste último caso o "m" dá lugar a um "n": perentório.

Acentos

A conjugação na terceira pessoa do plural do presente do indicativo de verbos como ter, vir e ver - têm, vêm e vêem - perde o acento circunflexo. Passa a escrever-se, por exemplo, "reveem". Já em "dêmos" (presente do conjuntivo), continua a aceitar-se o acento, a título facultativo, para evitar a homografia com "demos" (pretérito perfeito do indicativo). A excepção é a forma verbal "pôde", que preserva o acento. Também são banidos os acentos agudos e circunflexos que ainda se mantinham em algumas palavras graves, como em "pára" ou "pêlo", que passam a não se distinguir graficamente de para e pelo.

Hífen

Os redactores do novo Acordo Ortográfico investiram um especial esforço na regularização do uso do hífen, sobretudo nas palavras formadas por prefixação. Algumas regras: Quando o prefixo termina em vogal e a palavra seguinte começa com "r" ou "s", cai o hífen e dobra-se a consoante "contrarrelógio". Quando o prefixo termina em vogal e a palavra seguinte começa por uma vogal diferente, não se usa o hífen: "antiaéreo". Quando o prefixo termina com a vogal que inicia o elemento seguinte, usa-se o hífen: "contra-almirante". A excepção a esta regra é o prefixo "co-", que se aglutina com o elemento seguinte mesmo que este se inicie com um "o": "coocupante". Um dos exemplos que o texto do Acordo avança é "coordenar", que se torna graficamente indistinguível de "coordenar" no sentido de dirigir ou supervisionar. Os hifenes caem também em algumas locuções nas quais ainda iam sendo usados, como "fim-de-semana". Mas abrem-se excepções para outras, nas quais esse uso foi considerado mais generalizado, como "pé-de-meia" ou "cor-de-rosa". Uma alteração que será provavelmente mais difícil de interiorizar é a supressão do hífen em todos os casos em que uma forma monossilábica do verbo haver se une à preposição "de". Passará a escrever-se, por exemplo, "hei de" e "hão de". O grande mestre gramático **Evanildo Bechara** que foi um dos convidados de honra no 6º Colóquio Anual da Lusofonia e no 3º Encontro Açoriano da Lusofonia diz que além de regras, a língua portuguesa têm variações: a escrita, a falada, a exemplar, a culta, a formal, a informal, etc. O certo, no caso, é ser *poliglota na própria língua, que deve ter desde o domínio da escrita de um texto formal até a consciência a respeito de uma conversa com um analfabeto. Muita gente pensa que a língua é unitária, homogénea, sem variedades.* A ocasião faz o falante. Essa coisa que parece óbvia não é simples: a língua deve ser usada de acordo com a vontade efetiva de fazer entender-se. *'O uso reflexivo da língua é uma exigência da boa transmissão de ideia.'* Embora tenha incorporado novidades dos estudos linguísticos, como as teorias do romeno Eugénio Coseriu e a distinção entre diacronia e sincronia, proposta pelo francês Ferdinand Saussure, a lição da sua gramática é a mesma em mais de 40 anos: um professor não pode se restringir a ensinar a diferença entre sujeito e predicado. Ele tem de ensinar aos alunos os efeitos da consciência desse saber no uso cotidiano da língua. O emprego das habilidades linguísticas, Bechara alerta, transita entre os pólos da liberdade e da opressão. Língua é poder. Ou mais do que isso. *'A troca da sua língua é quase igual à troca da sua própria alma, segundo dizia Gaston Paris, um filólogo francês do século 19.'* Um gramático tradicional, mas nunca um purista, Evanildo Bechara preocupa-se com a língua exemplar, a da gramática, cuja fonte está nas obras de escritores consagrados. Ele afirma continuar forte a ideia de que é possível escrever como se fala. A consequência de tal pressuposto é a valorização da língua falada em detrimento da escrita. A língua exemplar não pode cair na mão de pessoas despreparadas, que ditam lições inventadas em 'consultórios gramaticais', como as secções de jornais nas quais se discutem dúvidas elementares, uma forma de preencher as lacunas que os leitores trazem do sistema educacional brasileiro. Já o outro convidado de honra, nos Colóquios da Lusofonia em Bragança e nos Encontros Açorianos da Lusofonia, o linguista João **Malaca Casteleiro** afirma que *"vivemos numa «aldeia global», onde a alfabetização é cada vez mais importante, e a simplificação da ortografia seria uma ótima solução para tornar o processo de alfabetização mais fácil e eficiente. É muito mais fácil para uma criança aprender a escrever acção sem c, ou ótimo sem p, e não seria tão grande o sacrifício para um adulto que já sabe ler e escrever".* É extremamente importante que os falantes do Português de vários países sejam alfabetizados e a alteração que o novo acordo propõe vem ao encontro desta necessidade. Hoje vive-se uma fragmentação da Língua Portuguesa. Nós [portugueses] tendemos a limitar o Português a

Portugal e aos países de Língua oficial Portuguesa mas, actualmente, em Angola, 40 por cento já reconhecem o Português como língua materna, quando em 1992 eram apenas 12 por cento. Há 20 anos que se discute o novo acordo ortográfico da língua portuguesa e eu continuo a ouvir dizer que deveríamos respeitar a ortografia "natural" de cada país. O que isto tem de extraordinário é as pessoas acreditarem que a ortografia é "natural". Pois bem, não só a *ortographia* não é "natural" como a intenção é precisamente a de não acompanhar a naturalidade com que se fala. Se assim fosse, os portugueses escreveriam "Puârto" e os lisboetas "Ljboa". Os cariocas não escreveriam "boa noite" mas "boa noitchi". Meus amigos, não há nada de errado em a ortografia ser uma norma "artificial": é para isso que ela existe. A ortografia oficial serve para se usar em documentos oficiais. Certamente expandir-se-á para outros usos, por inércia ou pragmatismo, mas que tem isso de mal? Fernando Pessoa continuou a escrever "monarchia" em vez de "monarquia" muito depois da reforma de 1911 e não veio daí mal ao mundo. Tal como na blogosfera já existem portugueses e galegos a escrever segundo o futuro acordo antes de ele entrar em vigor. Outra das coisas se dizem erroneamente são os argumentos proteccionistas de que o acordo ortográfico vai permitir aos brasileiros entrar no mercado dos livros escolares em África. E a pergunta que faço é: em que mercado é que as editoras portuguesas entraram? Em Angola ou Moçambique para onde mandam os monos que cá não conseguem vender ou obras fora de prazo? Se a África lusófona, que precisa de livros e alfabetização, for inundada de edições brasileiras baratas numa ortografia comum, isso é bom para os africanos em primeiro lugar, e eu fico contente por eles. E se as editoras portuguesas, que aliás são cada vez mais detidas por espanhóis e outros estrangeiros, não tiveram tempo para se adaptar a um acordo ortográfico que há 15 anos se sabe que vem aí, então estamos pior do que eu pensava. Chrys Chrystello Maio 2008.

Novo Acordo Ortográfico

Alfabeto Nova Regra

O alfabeto é agora formado por 26 letras

Regra Antiga

O "k", "w" e "y" não eram consideradas letras do alfabeto.

Como Será

Serão usadas em siglas, símbolos, nomes próprios, palavras estrangeiras e seus derivados.
Ex.º: km, watt, Byron, byroniano

Trema Nova Regra

Não existe mais o trema em língua portuguesa. Apenas em casos de nomes próprios e seus derivados, por exemplo: Müller, mülleriano

Regra Antiga

agüentar,
conseqüência,
cinquenta,
qüinqüênio,
freqüência,
freqüente,
eloqüência,
eloqüente,
argüição,
delinqüir,
pingüim,
tranqüilo,
lingüiça

Como Será

aguentar,
consequência,
cinquenta,
quinqüênio,
frequência,
frequente,
eloquência,
eloquente,
arguição,
delinquir,
pinguim,
tranquilo,
linguiça.

Acentuação Nova Regra

Ditongos abertos (ei, oi) não são mais acentuados em palavras paroxítonas

Regra Antiga

assembléia,
plateia,
idéia,
colméia,
boléia,
panacéia,
Coréia,
hebréia,
bóia,
paranóia,
jibóia,
apóio,
heróico,
paranóico

Como Será

assembleia,
plateia,
ideia,
colmeia,
boleia,
panaceia,
Coreia,
hebreia,
boia,
paranoia,
jiboia,
apoio,
heroico,
paranoico

Obs : nos ditongos abertos de palavras oxítonas e monossílabas o acento continua: herói, constrói, dói, anéis, papéis.

Obs 2: o acento no ditongo aberto "eu" continua: chapéu, véu, céu, ilhéu.

Nova Regra

O hiato "oo" não é mais acentuado

Regra Antiga

enjôo,
vôo,
corôo,

Como Será

enjoo,
voo,
coroo,

	perdôo, côo, môo, abençôo, povôo crêem, dêem, lêem, vêem, descrêem, relêem, revêem	perdoó, coo, moo, abençoo, povoo creem, deem, leem, veem, descreem, releem, reveem
O hiato "ee" não é mais acentuado		
Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
Não existe mais o acento diferencial em palavras homógrafas	pára (verbo), péla (substantivo e verbo), pêlo (substantivo), pêra (substantivo), péra (substantivo), pólo (substantivo)	para (verbo), pela (substantivo e verbo), pelo (substantivo), pera (substantivo), pera (substantivo), polo (substantivo)
Obs : o acento diferencial ainda permanece no verbo "poder" (3ª pessoa do Pretérito Perfeito do Indicativo - "pôde") e no verbo "pôr" para diferenciar da preposição "por"		
Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
Não se acentua mais a letra "u" nas formas verbais rizotônicas, quando precedido de "g" ou "q" e antes de "e" ou "i" (gue, que, gui, qui)	argúi, apazigúe, averigúe, enxagúe, enxagúemos, obliqúe baiúca, boiúna, cheiinho, saiiinha, feiúra, feiúme	argui, apazigue, averigue, enxague, ensaguemos, oblique baiuca, boiuna, cheiinho, saiinha, feiura, feiume
Não se acentua mais "i" e "u" tônicos em paroxítonas quando precedidos de ditongo		
Hífen Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
O hífen não é mais utilizado em palavras formadas de prefixos (ou falsos prefixos) terminados em vogal + palavras iniciadas por "r" ou "s", sendo que essas devem ser dobradas	ante-sala, ante-sacristia, auto-retrato, anti-social, anti-rugas, arqui-romântico, arqui-rivalidae, autoregulamentação, auto-sugestão, contra-senso, contra-regra, contra-senha, extra-regimento, extra-sístole, extra-seco, infra-som, ultra-sonografia, semi-real, semi-sintético, supra-renal, supra-sensível	antessala, antessacristia, autorretrato, antissocial, antirugas, arquirromântico, arquirrivalidade, autorregulamentação, autosugestão contrasenso contraregra contrassenha, extrarregimento, extrassístole, extrasseco, infrassom, inrarrenal, ultrarromântico, ultrassonografia, suprarrenal, suprassensível

Obs : em prefixos terminados por "r", permanece o hífen se a palavra seguinte for iniciada pela mesma letra: hiper-realista, hiper-requintado, hiper-requisitado, inter-racial, inter-regional, inter-relação, super-racional, super-realista, super-resistente etc.

Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
O hífen não é mais utilizado em palavras formadas de prefixos (ou falsos prefixos) terminados em vogal + palavras iniciadas por outra vogal	auto-afirmação, auto-ajuda, auto-aprendizagem, auto-escola, auto-estrada, auto-instrução, contra-exemplo, contra-indicação, contra-ordem, extra-escolar, extra-oficial, infra-estrutura, intra-ocular, intra-uterino, neo-expressionista, neo-imperialista, semi-aberto, semi-árido, semi-automático, semi-embriagado, semi-obscuridade, supra-ocular, ultra-elevado	autoafirmação, autoajuda, auto-aprendizagem autoescola, autoestrada, autoinstrução, contraexemplo, contraíndicação, contraordem, extraescolar, extraoficial, infraestrutura, intraocular, intrauterino, neoexpressionista, neoimperialista, semiaberto, semiautomático, semiárido, semiembriagado, semiobscuridade, supraocular, ultraelevado.

Obs : esta nova regra vai uniformizar algumas exceções já existentes antes: antiaéreo, antiamericano, socioeconômico etc.

Obs 2: esta regra não se encaixa quando a palavra seguinte iniciar por "h": anti-herói, anti-higiênico, extra-humano, semi-herbáceo etc.

Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
Agora utiliza-se hífen quando a palavra é formada por um prefixo (ou falso prefixo) terminado em vogal + palavra iniciada pela mesma vogal.	antiibérico, antiinflamatório, antiinflacionário, antiimperialista, arquiinimigo, arquiirmandade, microondas, microônibus, microorgânico	anti-ibérico, anti-inflamatório, anti-inflacionário, anti-imperialista, arqui-inimigo, arqui-irmandade, micro-ondas, micro-ônibus, micro-orgânico

Obs : esta regra foi alterada por conta da regra anterior: prefixo termina com vogal + palavra inicia com vogal diferente = não tem hífen; prefixo termina com vogal + palavra inicia com mesma vogal = com hífen

Obs 2: uma exceção é o prefixo "co". Mesmo se a outra palavra inicia-se com a vogal "o", **NÃO** utiliza-se hífen.

Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
Não usamos mais hífen em compostos que, pelo uso, perdeu-se a noção de composição	manda-chuva, pára-quedas, pára-quedista, pára-lama, pára-brisa, pára-choque, pára-vento	mandachuva, paraquedas, paraquedista, paralama, parabrisa, pára-choque, paravento

Obs : o uso do hífen permanece em palavras compostas que não contêm elemento de ligação e constitui unidade sintagmática e semântica, mantendo o acento próprio, bem como naquelas que designam espécies botânicas e zoológicas: ano-luz, azul-escuro, médico-cirurgião, conta-gotas, guarda-chuva, segunda-feira, tenente-coronel, beija-flor, couve-flor, erva-doce, mal-mê-quer, bem-te-vi etc.

Observações Gerais

O uso do hífen permanece **Exemplos**

COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZACAO EM 24-03-2009**

Em palavras formadas por prefixos "ex", "vice", "soto"	ex-marido, vice-presidente, soto-mestre
Em palavras formadas por prefixos "circum" e "pan" + palavras iniciadas em vogal, M ou N	pan-americano, circum-navegação
Em palavras formadas com prefixos "pré", "pró" e "pós" + palavras que tem significado próprio	pré-natal, pró-desarmamento, pós-graduação
Em palavras formadas pelas palavras "além", "aquém", "recém", "sem"	além-mar, além-fronteiras, aquém-oceano, recém-nascidos, recém-casados, sem-número, sem-teto

Não existe mais hífen

Em locuções de qualquer tipo (substantivas, adjetivas, pronominais, verbais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais)

Exemplos

cão de guarda,
fim de semana,
café com leite,
pão de mel,
sala de jantar,
cartão de visita,
cor de vinho,
à vontade,
abaixo de,
acerca de ...

Exceções

água-de-colônia,
arco-da-velha,
cor-de-rosa,
mais-que-perfeito,
pé-de-meia,
ao-deus-dará,
à queima-roupa

NOVO CORRETOR ORTOGRÁFICO, saiu dia 17 de Fevereiro de 2009 o corretor ortográfico Flip7 de acordo com a nova ortografia. http://www.priberam.pt/distribuidores_revendedores.aspx ou <http://www.flip.pt/Produtos/FLiP7/Pre%C3%A7os/tabid/211/Default.aspx>

FLiP 7 - Preços

Licenças	Preços recomendados de venda ao público (em Portugal)			
	Valor sem IVA		Valor com IVA à taxa de 20%	
	Normal	Actualização	Normal	Actualização
Licença Unitária ²	58,30 €	40,81 €	69,96 €	48,97 €
5 computadores	233,00 €	163,00 €	279,60 €	195,60 €

Notas:

1. **Preços:** Os preços acima indicados são fornecidos a título meramente indicativo. A Priberam não tem qualquer controlo sobre os preços realmente praticados nos pontos de venda, podendo verificar-se diferenças, por vezes significativas, face aos preços apresentados. Tendo em conta as despesas de exportação e importação, bem como impostos e/ou taxas específicos de mercado, os preços praticados noutros países poderão ser significativamente diferentes dos aqui indicados.

2. **Licença Unitária:** Destinada ao licenciamento de um computador, esta licença pode ser utilizada em condições especiais para o mercado individual, familiar e estudantil:

a) Para uma utilização individual e não simultânea, permite a instalação do FLiP 7 num máximo de 2 (dois) computadores, nas condições previstas no ponto 2.3.1 da secção III – Termos e Condições Específicos do [Contrato de Licença](#);

b) Para Estudantes e Famílias, permite a instalação do FLiP 7, num máximo de 3 (três) computadores, nas condições previstas no ponto 2.3.2 da secção III – Termos e Condições Específicos do [Contrato de Licença](#).

3. **Versão de Actualização (upgrade):** As licenças de actualização do FLiP 7, destinam-se aos detentores de licenças de FLiP 5 ou de FLiP 6. Antes de adquirir uma licença de actualização (upgrade) verifique as condições de utilização no [Contrato de Licença](#). Contacte a Priberam (info@priberam.pt) para o esclarecimento de qualquer dúvida.

a) Para instalar a versão de actualização é necessário indicar o número de série do FLiP 5 ou do FLiP 6;

b) Licenças Unitárias: as versões de actualização das licenças unitárias estão disponíveis unicamente por *download*;

c) Multilicenças: as versões de actualização das multilicenças, estão disponíveis por *download* ou em caixa (CD).

4. **Multilicenças para qualquer número de computadores:** Estão disponíveis multilicenças para o licenciamento de qualquer número de computadores. Para números de computadores que não constem da tabela acima, por favor contacte o seu revendedor ou a Priberam.

5. **Licenças para a Educação:** Estão disponíveis licenças para a educação, em condições especiais, para instituições que licenciem o FLiP 7 para 10 (dez) ou mais computadores. Estas licenças destinam-se a instituições de ensino básico, secundário ou superior portuguesas ou equivalentes estrangeiras, e entidades formadoras devidamente licenciadas e certificadas para o efeito (nas condições definidas no ponto 7 da secção III – Termos e Condições Específicos do [Contrato de Licença](#)).

COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 24-03-2009**

6. **Aumento de número de licenças** : Se já tem uma ou mais licenças de FLiP 7, pode adquirir novas licenças FLiP 7 em condições especiais. Contacte a Priberam para saber qual a solução mais vantajosa para o seu caso específico. Pode adquirir o FLiP 7 nas livrarias, lojas de informática e grandes superfícies. Se preferir, encomende o FLiP 7 através da Internet no [SectorZero](#) ou na [Wook](#).



Historial de notícias a favor e contra o Acordo

[Descarregue-o aqui](#) ou em <http://www.flip.pt/AcordoOrtográfico/TextodoAcordo/tabid/511/Default.aspx>

1. *Brasil: Academia Brasileira de Letras lança novo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* A Academia Brasileira de Letras lançou oficialmente hoje a quinta edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, no Rio de Janeiro, com as novas regras do Acordo Ortográfico vigentes no Brasil desde 01 de Janeiro

Rio de Janeiro, 19 Mar (Lusa) - A Academia Brasileira de Letras lançou oficialmente hoje a quinta edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, no Rio de Janeiro, com as novas regras do Acordo Ortográfico vigentes no Brasil desde 01 de Janeiro.

O volume, de 976 páginas, impresso pela Editora Global, contém mais 370 mil verbetes apresentados sob a forma de lista por ordem alfabética, além de cerca de 1.500 estrangeirismos.

O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa também reúne o texto integral do Acordo Ortográfico de 1990, com todos os anexos, relatórios e justificativas, assinado pelos representantes dos países lusófonos, além dos decretos presidenciais sobre a adoção e a implementação do Acordo no Brasil e a legislação anterior, como o Formulário Ortográfico de 1943 e o Decreto de 1971.

Segundo o presidente da Academia Brasileira de Letras, Cícero Sandroni, a reforma ortográfica que pretende unificar a forma de escrita do português é "fundamental para a consolidação de uma posição" da lusofonia.

"O Brasil é um país emergente e Portugal tem um grande papel no equilíbrio Europeu. Hoje o português é a quinta língua mais falada no mundo e passa a ter uma ortografia 99 por cento idêntica tanto na América, como na África e na Ásia", disse à Lusa Sandroni.

O académico considera o lançamento do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa um ato histórico entre o Brasil e Portugal que "só tem a ganhar", e principalmente no campo da Literatura "porque abre mercados no Brasil, em Portugal e em África".

A primeira edição do Vocabulário Ortográfico no Brasil foi em 1938. Sandroni explica que a quinta coincidiu com o decreto do Acordo Ortográfico. "Foi um desafio importante vencido pelos nossos lexicólogos", realçou.

A elaboração desta edição de 100 mil exemplares levou cerca de seis meses e reuniu uma equipa de lexicógrafos e lexicólogos.

Para o académico Evanildo Bechara, coordenador da comissão que elaborou o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e adaptou à nova ortografia, a equipa de académicos da Academia Brasileira de Letras "prestou atenção ao espírito do Acordo, que era a simplificação".

"O novo sistema ortográfico veio realmente para simplificar e não para complicar a vidas dos que escrevem, dos utentes da Língua Portuguesa", destacou o filólogo.

No Brasil, o Acordo foi regulamentado pelos decretos assinados pelo Presidente Lula da Silva, a 29 de Setembro de 2008, e entrou em vigor a 01 de Janeiro deste ano.

O Brasil cedeu em seis pontos principais: o fim do hífen, do trema, do acento circunflexo nos verbos no plural, a mudança do acento em ditongos abertos e a inserção de letras k,y,w no analfabeto.

Em Portugal, as mudanças deverão modificar 1,42 por cento do dicionário português. Os brasileiros, por seu turno, terão de alterar apenas 0,43 por cento.

FO. <http://www.observatoriopl.com/cgi-bin/main?mmod=newsdet&id=1027> Lusa/Fim

2. Portugueses do Norte Março 12, 2009 por eplusofonos



Na passada Primavera, um convidado do Norte de Portugal, de visita à Galiza, iniciou conversa com um professor galego comentando: “Que tal este ano? Muchos problemas por lo de la sequía?”. O professor galego olhou-o incrédulo e apontou-lhe a janela, respondendo, em português: “Mas não vê como chove lá fora? Estamos na Galiza!”. A anedota, infelizmente, é real e vai ocorrendo, com variantes, na maior parte dos encontros, ou mais vale dizer desencontros, galego-portugueses. Por algum motivo inexplicável, os conferenciantes portugueses, convidados pelas universidades galegas, teimam em puxar do melhor castelhano, mesmo quando os anfitriões galegos lhes pedem o favor de falarem em português. Os conferenciantes agradecem, mas interpretam isto como apenas uma oferta amável, retórica, sem validade efectiva. E a sala rebenta com uns sonoros: *Buenos días*... Este amor não correspondido da Galiza por Portugal não se circunscreve ao espaço da Universidade. Sentimo-lo no final dos concertos de bandas portuguesas na Galiza e nas invariáveis *Muchas gracias*, sofremo-lo na avidez por Lobo Antunes e Pessoa nas livrarias galegas e na respectiva indiferença pelo livro galego a sul do Minho, suportamo-lo de cada vez que um português pergunta a um galego pela tourada ou pelo flamenco. Nisto, tenho notado que os brasileiros são mais atentos. Se são entendidos em Português, é nessa língua que falam. E chegam a chamar Portugueses do Norte aos galegos, que com isto se comovem até às lágrimas. Caetano Veloso, por exemplo, aprendeu a falar português na Galiza, e no último concerto que deu em Santiago de Compostela não se lhe ouviu nem um arranhão no *portunhol*. Mas a compreensão da complexidade dos vários territórios no espaço chamado Espanha deveria tê-lo alertado para que a proximidade entre o Português e o Galego é extraordinária, mas não ilimitada. Fechando o concerto com a canção “A luz de Tieta”, procurou que o público repetisse o refrão: “Tieta...eta...eta...”. E não entendeu que o público, mudo, se recusasse a gritar por “Eta”.

Ana Bela Almeida

Publicado em [Galiza Canibal http://tacansado.wordpress.com/2009/03/12/portugues-es-do-norte/#more-1381](http://tacansado.wordpress.com/2009/03/12/portugues-es-do-norte/#more-1381)

3. Adoção da reforma ortográfica em Portugal continua indefinida

Editores portugueses esperam apoio do governo para adaptar livros. Para especialista, Brasil foi precipitado ao adotar a norma

Enquanto o Brasil avança na adoção das novas regras da escrita, Portugal ainda não conseguiu definir um cronograma para a aplicação do acordo ortográfico no país. Existe apenas a promessa de que o período de transição comece ainda no primeiro semestre deste ano. Isso significa que os editores portugueses não sabem quando devem ter seus livros escritos de forma diferente da atual e não existe indicação de quando os estudantes vão começar a aprender a escrever de acordo com as novas regras. Segundo Rui Nunes, assessor de imprensa do Ministério da Educação, ainda não foi tomada nenhuma medida para o ensino das novas regras ortográficas. Ele afirma que deverá ser feita a formação dos professores para se adaptarem às mudanças, mas não há previsão de quando isso vai ocorrer. No Ministério da Cultura, as preocupações são de natureza política. O governo quer que Portugal publique as normas do acordo em diário oficial junto com São Tomé e Príncipe e Cabo Verde e que se forme a prometida comissão que vai elaborar o vocabulário ortográfico comum.

'Brasil foi precipitado'

A necessidade da existência de uma comissão responsável por elaborar um vocabulário ortográfico comum - que normatize as mudanças previstas no acordo - foi acertada entre os países de língua portuguesa, mas não foi levada adiante. O Brasil, que saiu na frente na adoção do

acordo, decidiu produzir um vocabulário ortográfico próprio, que está sendo feito pelo gramático Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras. Para José Mário Costa, coordenador do Ciberdúvidas- um site na Internet que há 12 anos responde dúvidas de português - o Brasil foi precipitado ao adotar a norma sem esperar pelos portugueses e sem criar estruturas comuns para resolver os casos deixados em aberto. "É natural que o Brasil esteja mais avançado nesta questão, porque tem mais dinamismo e interesse pela língua. Mas o acordo não especifica uma série de grafias. Falta um vocabulário comum da língua portuguesa, em cruzamento com o que se fala e se escreve hoje nos países africanos", diz Costa. Segundo ele, além dos termos não explicitados detalhadamente no acordo (como no caso dos hífens) uma área que pode gerar divergências e duplas grafias é a dos termos científicos e médicos. "Acredito que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa deveria coordenar esse esforço, como é feito com o espanhol, com a participação de várias instituições através do Fundeón. Isso para não termos casos como o de paralímpico e para-olímpico". Para o linguista João Malaca Casteleiro- que negociou o acordo por parte de Portugal- já que o propósito é unificar a ortografia, o ideal seria que todos os países tivessem implementado as mudanças simultaneamente. "Creio que do ponto de vista da política da língua, é uma pena que não entre em vigor nos vários países ao mesmo tempo. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa elegeu como central a política da língua. Como se pode promover a língua portuguesa sem resolver esse problema (da divergência ortográfica), que está pendente há um século?" Impulsionador do movimento contra o acordo ortográfico, o deputado do Parlamento europeu Vasco Graça Moura acredita que o Brasil está aplicando primeiro o acordo porque para os brasileiros é mais fácil. "O acordo para o Brasil não implica grandes alterações e também não terá grandes problemas", argumenta.

Livros e jornais

O presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, Rui Beja, tem uma posição de cautela em relação às mudanças. "Temos que aguardar para ver o que será feito. Na África, os grandes países de língua portuguesa (Angola e Moçambique) não ratificaram o acordo e eles seguem a norma do português europeu". Os editores portugueses esperam que haja um apoio governamental para a adaptação dos livros para as novas regras ortográficas. Até agora, três jornais portugueses adotaram o acordo. O mais importante deles é o diário esportivo Record, o terceiro maior jornal do país com 75 mil exemplares vendidos diariamente. Segundo o diretor adjunto António Magalhães, não tem havido problemas. "Estamos utilizando as novas normas desde o começo do ano e até agora não tivemos nenhuma queixa de leitores por aplicarmos o acordo. Estamos aplicando o acordo de forma gradual, procuramos evitar nas manchetes palavras que possam causar estranheza ao leitor como espetacular sem c ou ótimo sem p", conta Magalhães. Ele considera que a falta dessas letras faz com que os títulos fiquem mais feios. "A falta do c em espetacular ou do p em exceção retira qualidade estética às palavras". No entanto, ele relata que mesmo o colunista Artur Agostinho, de 88 anos, adaptou-se à nova forma de escrever.

4. ***Lisboa, 17 Mar (Lusa) - Um projeto de Vocabulário com léxico comum a portugueses e galegos, sobretudo nas regiões limítrofes da Galiza, foi hoje entregue por uma delegação da Academia Galega da Língua Portuguesa na Academia de Ciências de Lisboa. 14:29 Terça-feira, 17 de Mar de 2009***

http://aeiou.expresso.pt/lingua_portuguesa_academicos_galegos_apresentam_contribuicao_para_o_vocabulario_comum=f503479 Língua Portuguesa: Académicos galegos apresentam contribuição para o Vocabulário Comum

Lisboa, 17 Mar (Lusa) - Um projeto de Vocabulário com léxico comum a portugueses e galegos, sobretudo nas regiões limítrofes da Galiza, foi hoje entregue por uma delegação da Academia Galega da Língua Portuguesa na Academia de Ciências de Lisboa. Responsáveis das duas academias estiveram reunidos para uma análise da situação da língua e a coordenação na aplicação de alguns aspetos do Acordo Ortográfico, "com especial interesse na elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum". Fonte da Academia portuguesa informou ter sido esta a primeira vez que responsáveis da Academia Galega, legalmente constituída há um ano, visitaram a instituição portuguesa. Integraram a delegação galega Isaac Alonso Estraviz (vice-presidente da Academia), Ângelo Cristóvão (secretário), Concha Rousia (vice-secretária) e António Gil, pela Comissão de Lexicologia. Segundo Artur Anselmo, presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia, o projeto apresentado está contido no livro "Contribuição para o Vocabulário Comum da Língua Portuguesa" e vai ser lançado oficialmente em Portugal, juntamente com o Vocabulário elaborado pela Academia Brasileira de Letras, em sessão agendada para 14 de Abril na Academia das Ciências de Lisboa. A Academia galega participou como observadora nas negociações do Acordo Ortográfico. "Estamos convencidos, e penso que não devemos deixar de pensar assim, de que, para que haja Acordo, é preciso que haja um documento de base, uma listagem de palavras, e isso só se consegue se todos derem as suas contribuições", disse Artur Anselmo à Lusa. "O ideal - observou - seria, salvo melhor opinião, que todas as partes geográficas, desde Cabo Verde a Timor-Leste, fizessem o mesmo que fez a Academia Galega, dessem também as suas contribuições". RMM. Lusa/fim

5. ***Fonte: 16.03.2009 - 11h13 Lusa | Público > Alerta do presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa - Ausência de listagem de palavras da Língua Portuguesa impede avanço do Acordo Ortográfico***

Alerta do presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa **Ausência de listagem de palavras da Língua Portuguesa impede avanço do Acordo Ortográfico** 16.03.2009 - 11h13 Lusa
A falta de um vocabulário para a entrada em vigor do Acordo Ortográfico foi apontada por Artur Anselmo, presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa, à agência Lusa. "Ainda não foi elaborado o vocabulário - uma listagem das palavras da Língua Portuguesa - e não pode haver um Acordo sem esse vocabulário, no qual entram as contribuições de Portugal

mas também dos outros países de Língua Portuguesa", afirmou Artur Anselmo, alertando que "esse processo é demorado". O Acordo Ortográfico envolve Portugal, o Brasil, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Timor, que não foi signatário do acordo em 1990 por não ser então um país independente, e a Galiza, porque o galego é uma variante do Português antigo. "Neste momento, tanto quanto sei, os brasileiros têm o vocabulário pronto e os galegos também mas não sei o que se passa nos países africanos e em Timor", acrescentou o filólogo, segundo quem, em Portugal, "o Governo não tomou posição nenhuma, não encarregou ninguém, nem a Academia das Ciências", dessa tarefa. Afirmando-se preocupado, "porque sem vocabulário não haverá acordo", Artur Anselmo disse à Lusa que "o Governo tem de tomar uma posição". "Em 1945 era fácil: havia o Ministério da Educação, tanto em Portugal como no Brasil, e o Dr. [José] Caeiro da Mata, ministro da Educação português, negociou com o Dr. Gustavo Capanema, que era ministro da Educação no Brasil, e foi fácil, apesar de serem dois governos autoritários. Veja-se como é difícil, agora, negociar em democracia...", ponderou. Segundo o investigador da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Portugal "intervêm, ou deveriam intervir, neste assunto, o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura e o Ministério da Ciência e Tecnologia" e "o normal seria que os três ministros se entendessem e que o Governo dissesse: 'para elaboração do vocabulário é nomeada esta comissão...'. Na ausência desse instrumento, em rigor, as pessoas não poderiam aplicar já o Acordo Ortográfico", assinalou Artur Anselmo, acrescentando que, todavia, são livres de o fazer. "[...] O Acordo Ortográfico envolve Portugal, o Brasil, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Timor, que não foi signatário do acordo em 1990 por não ser então um país independente, e a Galiza, porque o galego é uma variante do Português antigo. "Neste momento, tanto quanto sei, os brasileiros têm o vocabulário pronto e os galegos também **mas não sei o que se passa nos países africanos e em Timor**", acrescentou o filólogo, segundo quem, em Portugal, "o Governo não tomou posição nenhuma, não encarregou ninguém, nem a Academia das Ciências", dessa tarefa[...]"

NB: o académico Malaca Casteleiro já fez esse trabalho que a Academia de Ciências agora parece esquecer....inclusive já em Bragança em Outubro passado nos propusemos editar nós mesmos (Colóquios) esse vocabulário....esta academia é uma vergonha...Chrys Chrystello

6. Língua: Entrada em vigor em Portugal decisiva para sucesso do Acordo Ortográfico - Embaixador brasileiro

13 de Março de 2009, 15:34

Lisboa 13 Mar (Lusa) - A entrada em vigor da reforma da língua em Portugal é decisiva para o sucesso do Acordo Ortográfico, disse hoje o embaixador da Missão Brasileira junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). "É absolutamente decisiva esta participação de Portugal, na medida em que quando nós falamos deste acordo, quando este foi assinado, o que se pretendia era fazer uma unificação das duas vertentes ortográficas da língua portuguesa que tínhamos até então", disse à Lusa o embaixador brasileiro Lauro Moreira. Segundo o diplomata, há a vertente portuguesa, que é seguida pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, e a vertente brasileira. O Ministro da Cultura de Portugal, António Pinto Ribeiro, disse na quinta-feira, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, acreditar que a entrada em vigor do Acordo Ortográfico nas instituições oficiais será uma realidade em Cabo Verde e em Portugal até ao final do primeiro semestre deste ano. "Eu saúdo com grande entusiasmo essa declaração do Ministro da Cultura de Portugal com referência à sua determinação de fazer com que o Acordo Ortográfico passe a vigorar em Portugal (...) ainda neste semestre, e também o facto de Cabo Verde aceitar fazer a mesma coisa", referiu ainda Lauro Moreira. "Se Portugal não ratificasse e se não implementasse o acordo, este careceria de sentido e passaria a ser uma reforma unilateral no Brasil e deixaria de ser um acordo internacional, não havendo assim uma unificação das duas vertentes", indicou o embaixador brasileiro. "Não nos esqueçamos que até 1911 havia uma só ortografia da língua portuguesa. Foi a partir da reforma do Gonçalo Viana, diga-se de passagem uma belíssima reforma, muito mais profunda do que a actual e que simplificou a língua portuguesa, que surgiram as duas vertentes, porque o Brasil não foi consultado na altura", disse. O embaixador disse ainda acreditar que com três países a adotar as novas regras ortográficas (Brasil, Portugal e Cabo Verde), "os outros acompanharão em seguida". "Não nos esqueçamos que São Tomé e Príncipe também já ratificou o acordo e, com informações que obtive nos últimos dias, a Guiné-Bissau também estaria pronta para a ratificar o acordo, assim como o Timor-Leste", acrescentou o diplomata. Moreira deseja que Angola e Moçambique ratifiquem a reforma ortográfica rapidamente e passem também a utilizá-la. "Estamos no caminho certo e agora, finalmente, o processo vai descolar", disse o embaixador brasileiro. O Acordo Ortográfico já foi ratificado por Brasil, Portugal, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. CSR. Lusa/Fim

7. 5ª edição do Vocabulário Ortográfico sai no dia 19 março. Cruzeiro On Line 09.03.09

A quinta edição do "Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa" (Volp), já atualizado com as novas regras do acordo ortográfico, será lançada no próximo dia 19. O volume trará 349.737 palavras com suas respectivas classificações gramaticais, mas sem as definições típicas de dicionários. O presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), Cícero Sandroni, pretende entregar os primeiros exemplares para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e alguns ministros. Evanildo Bechara, coordenador da Comissão de Lexicografia e Lexicologia da ABL e principal responsável pelo Volp, explica que foram adotadas 15 medidas para dirimir dúvidas ou ambiguidades no texto do acordo. Ele diz que os critérios adotados pela comissão foram: respeitar a letra do acordo, estabelecer uma linha de coerência quando surgiam princípios aparentemente contraditórios, acompanhar o espírito simplificador da reforma e, nos pontos não discutidos no texto, preservar a tradição ortográfica decorrente das reformas anteriores. O acordo, por exemplo, afirma que palavras compostas, "em relação às quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente (sem hífen): girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc." Diante da dificuldade de especificar quais palavras perderam "em certa medida" a noção de composição, a comissão responsável pelo Volp decidiu aplicar a norma apenas nas palavras citadas explicitamente pelo texto da reforma e naquelas "consagradas pela tradição ortográfica dos vocabulários oficiais", ou seja, presentes nos dicionários portugueses e brasileiros sem hífen. Não há qualquer item do acordo que trate das formas onomatopéicas ou construídas com elementos repetidos, como blá-blá-blá ou reco-reco. A comissão optou pelo uso do hífen nestes casos. Outro caso omisso no acordo foi a utilização de "não" e "quase" como prefixos- como não fumante ou quase irmão.

Preferiu-se a forma sem hífen. "O 'Volp' é a contribuição brasileira para a construção de um vocabulário ortográfico comum, previsto no acordo", afirma Godofredo de Oliveira Neto, presidente do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, entidade responsável pela articulação da reforma. Oliveira Neto afirma que o Brasil proporá uma reunião, a ser realizada em abril, dos oito países signatários do acordo. Do encontro, deve sair uma comissão para discutir o vocabulário ortográfico comum. Podem surgir pequenas divergências quanto à interpretação do acordo, que serão discutidas até obter um consenso. "Naturalmente, poderão exigir adaptações no 'Volp'", aponta Oliveira Neto. Bechara considera difícil que Portugal rejeite os critérios adotados pelo vocabulário brasileiro. "Quando o texto do acordo de 1990 deixava lugar a dúvidas, usamos como fiel da balança a reforma de 1945 adotada por Portugal e rejeitada pelo Brasil", explica o filólogo. "Exceto quando a norma de 1945 contrariava claramente o espírito do acordo de 1990." A reação portuguesa será conhecida na primeira quinzena de abril, quando o Volp chegará ao país. (AE)

8. ABL lança dia 19 o novo Vocabulário Ortográfico Publicada em 09/03/2009 às 23h42mO Globo

RIO - A Academia Brasileira de Letras anunciou nesta segunda-feira que lançará no dia 19 a quinta edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, que incorpora as novas normas estabelecidas pelo Acordo Ortográfico de 1990. O volume, de 887 páginas, é ansiosamente aguardado para dirimir dúvidas sobre algumas regras do acordo que deixam margem para interpretações diversas. Terá 349.737 vocábulos apresentados em ordem alfabética - incluindo-se a classificação gramatical de cada um -, além dos estrangeirismos (cerca de 1.500), que aparecem na parte final da obra. O filólogo Evanildo Bechara, coordenador da Comissão de Lexicografia e Lexicologia da ABL, explica que o texto oficial, sintético e enxuto, levou os acadêmicos a fazerem uma análise minuciosa de suas bases, para que a obra correspondesse com rigor aos propósitos do Acordo Ortográfico. Ele explica que, para isso, a compilação do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa foi norteada por quatro princípios básicos: respeitar a lição do texto do acordo; estabelecer uma linha de coerência do texto como um todo; acompanhar o espírito simplificador do acordo; e preservar a tradição ortográfica refletida nos formulários e vocabulários oficiais anteriores.

9. Acordo Ortográfico vai ser realidade ainda neste semestre - Pinto Ribeiro

publicado 18:34 12 Março '09 Cidade da Praia, 12 Mar (Lusa)- O ministro da Cultura português afirmou hoje, na Cidade da Praia, acreditar que a entrada em vigor do Acordo Ortográfico nas instituições oficiais seja uma realidade em Cabo Verde e em Portugal até ao final deste ano.

Em declarações à Agência Lusa, António Pinto Ribeiro, que se encontra na Cidade da Praia integrado na comitiva do primeiro-ministro José Sócrates, afirmou que a "nova política de cooperação portuguesa" passa por isso mesmo, "em pôr em vigor o Acordo Ortográfico".

"Não tenho a dúvida nenhuma (que Cabo Verde oficializará o acordo). Nesse domínio, vamos ter um grande entendimento e acreditamos que, ainda no primeiro semestre deste ano, vamos pôr em vigor na documentação oficial (portuguesa e cabo-verdiana) tudo o que é o Acordo Ortográfico", referiu. "É preciso perceber que se vai passar a escrever segundo as regras do acordo, significa que os operadores [editores, escritores], os que produzem mais língua escrita, porque se trata de ortografia, não das pronúncias, não do léxico, vão ter esse trabalho e nós vamos seguramente alcançar. Em Portugal fizemos quatro reformas ortográficas muito grandes no século XX e não houve problema nenhum", sustentou. Incidindo sobre a sua presença em Cabo Verde, Pinto Ribeiro salientou a importância de "elevar" o "já muito bom" nível da cooperação, criando condições para que, além do Acordo Ortográfico, se possa partir para outros voos. "No quadro da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), estamos a fazer um esforço muito grande para criar um prémio cultural e uma atividade que se realize, todos os anos, em três cidades de países da CPLP e que seja uma festa da nossa língua, tenha ela a ver com cinema, teatro, literatura, enfim, com todas as atividades ligadas à Língua", referiu. Pinto Ribeiro adiantou também estar a aguardar um relatório do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), para que, depois, se possa proceder à sua "refundação".

10. Lisboa, 04 Mar (Lusa)- O linguista Fernando Cristóvão defendeu o Acordo Ortográfico como "um instrumento para todos se compreenderem" ao intervir hoje na abertura da Expolíngua, Salão Português de Línguas e Cultura, que decorre até sexta-feira em Lisboa.

O catedrático, que já foi presidente do Instituto Camões, sublinhou que o acordo ortográfico "valida" a lusofonia, recusando que esta demonstre qualquer ideia de neocolonialismo cultural. "Ninguém é proprietário único da língua e esta pertence a todos que a falam, introduzindo cada um a sua variante", argumentou, sustentando que o Acordo "é uma base comum de entendimento gráfico". Vincando que "ortografia e língua são muito diferentes", exemplificou, referindo que cada pessoa pronuncia de sua forma, "mesmo que não se entenda, mas o registo escrito todos compreendem". O linguista, que integrou a comissão que, em 1986, no Rio de Janeiro, redigiu o "Protocolo de Unificação Ortográfica da Língua", observou que "a variedade" é uma riqueza e a língua foi "a melhor coisa que os portugueses deixaram", levando-a como "passageiro clandestino" nas naus e caravelas do século XVI quando demandaram diferentes partes do mundo. Referindo-se a aspetos concretos do novo modo de escrever Português, citou Luís António Verney, autor de "O verdadeiro método de estudar", que já em 1754 defendia o fim das consoantes mudas. "Escreveu ele que 'ato' é muito boa palavra e todos a entendem", lembrou, destacando o facto de Verney ter tomado esta posição quando "ainda não havia literatura brasileira, que só começa em 1750 com António Cândido". Fernando Cristóvão, que deu à sua comunicação o título de "A passagem da lusitanidade à lusofonia e o problema do Acordo Ortográfico", disse ainda que o Quinto Império defendido por António Vieira e Fernando Pessoa "é a lusofonia". Explicou o catedrático que o padre António Vieira defendia "um Quinto Império religioso" e Pessoa "da Cultura", até que o filósofo Agostinho da Silva questionou esta problemática assinalando não haver imperador, pois "de facto o Quinto Império é a lusofonia". Referindo-se à difusão do Português entre outros povos, Fernando Cristóvão falou da "alfabetização forçada da FRELIMO, em Moçambique, de modo combater o domínio colonial português, tendo a língua portuguesa sido um fator de coesão". "Também Amílcar Cabral, na Guiné-Bissau - adiantou -, fez questão de alfabetizar as suas tropas e disse mesmo que a melhor coisa que os portugueses deixaram foi a língua".

NL. Lusa/Fim

11. Regra do hífen gera dúvidas

A regra geral será a utilização do hífen na maior parte das vezes. O acordo prevê, basicamente, alguns casos em que o sinal poderá ser suprimido. A maior parte deles quando as palavras são compostas por prefixos (como "mini", "micro", "co" e "extra"). A regra diz que devem ser aglutinados nos casos em que o primeiro elemento terminar em vogal e o segundo elemento começar em "r" ou "s", dobrando-se a consoante, como em "minissaia" e "microrradiografia". No caso em que o primeiro elemento termina em vogal e o segundo começa com uma vogal diferente, a palavra também deve ser escrita sem o hífen, como "coeducação" e "hidroelétrico". No caso de termos compostos de duas palavras, a tendência é continuar valendo a regra atual, segundo Godofredo de Oliveira Neto, presidente da Colip (Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa). "Quando a palavra for formada por substantivo, adjetivo, numeral ou verbo, terá hífen", afirma. Assim, o sinal será utilizado mesmo em palavras como "porta-retrato" e "primeiro-sargento", apesar de as novas regras dizerem que quando o primeiro elemento termina em "r" ou "s" a consoante deva ser dobrada, como em "antissemita" e "ultrarrápido" (como passarão a ser escritas as palavras após a vigência do acordo)".

Fonte- www.portaldovestibular.com/acordo-ortografico-regra-do-hifen-gera-duvidas/

12. Acordo Ortográfico deverá entrar em vigor ainda neste semestre

Lisboa, 17 Fev (Lusa) - O ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, afirmou hoje que o novo acordo ortográfico deverá entrar em vigor no primeiro semestre de 2009, mas tudo depende de negociações com os outros países da CPLP.

"Estamos em conversações com os outros países da CPLP [como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe] para ver se encontramos uma data para o adaptar nos documentos oficiais, nas imprensas nacionais e que os diários oficiais [Diário da República] dos vários países passem a adoptar a ortografia do novo acordo ortográfico", disse Pinto Ribeiro à agência Lusa. O ministro falava em Lisboa no final do lançamento do FLIP 7, uma ferramenta informática criada pela empresa Priberam que permite uma conversão automática do português de Portugal e do Brasil de acordo com as novas normas ortográficas dos dois países. Esta ferramenta está já a ser testada na Imprensa Nacional Casa da Moeda, entidade responsável pela edição do Diário da República (DR). Assim que o acordo ortográfico entrar em vigor em Portugal, todos os documentos oficiais, como o DR, terão de obedecer às novas regras da escrita em língua portuguesa. Com a ferramenta informática FLIP 7, quem escrever em português terá a opção de converter automaticamente o texto segundo o novo acordo ortográfico, sejam as normas do Brasil sejam as de Portugal. Através do FLIP 7, um software para o Microsoft Windows que inclui ainda dicionários, auxiliar de tradução e corrector, um texto em língua portuguesa com cerca de duzentas páginas poderá ser convertido em menos de um minuto nas regras do novo acordo ortográfico. Pinto Ribeiro sublinhou que, depois da entrada em vigor do novo acordo ortográfico, será mais fácil fazer novas edições de um livro, incluindo manuais escolares. "Sempre que, depois da entrada em vigor, se fizer um novo manual escolar, ele será adaptado ao novo acordo ortográfico. E as pessoas vão-se habituando assim", disse. A Priberam, que colocou o FLIP 7 à venda em Portugal e no Brasil, ofereceu ainda esta ferramenta informática às empresas homónimas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda dos países da CPLP para que possam já testar as novas regras do acordo ortográfico. Sem adiantar números sobre vendas de cópias do FLIP, o administrador da Priberam, Carlos Amaral, referiu à agência Lusa que em 2008 um milhão de pessoas utilizou o corrector informático na Internet.

© 2009 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A. 2009-02-17 14:20:09 <http://www1.rtp.pt/noticias/?article=388322&visual=26&tema=5>

13. Cabo Verde adota Acordo Ortográfico a partir do Verão

Cidade da Praia, 22 Jan (Lusa) -- Cabo Verde vai adoptar o Acordo Ortográfico a partir do segundo semestre deste ano, o qual terá uma transição entre seis e dez anos, foi hoje decidido pelo governo da Cidade da Praia. Embora sem data definitiva marcada, segundo a porta-voz do conselho de ministros, Janira Hopffer Almada (ministra da Presidência e dos Assuntos Parlamentares), o acordo deverá entrar em vigor entre Julho e Agosto, dando tempo para que os manuais para o próximo ano lectivo já contemplem as alterações. "É nosso interesse que as novas normas sejam ministradas no ensino com carácter de tolerância", disse a ministra, explicando que durante a fase de transição não será considerado erro a escrita que não tenha em conta o Acordo Ortográfico. O plenário do Governo aprovou também hoje um decreto-lei que institucionaliza o ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano), frisando a ministra que o alfabeto respeita as variantes da língua em cada uma das ilhas. Saliendo que a língua crioula já foi objecto de sistematização desde 1885, que foi utilizada por intelectuais durante todo o século XX, de Eugénio Tavares a Baltasar Lopes da Silva e B. Léza, Janira Almada lembrou que o ALUPEC foi consagrado como alfabeto experimental em 1998 e que no final do ano passado, durante um encontro sobre a língua cabo-verdiana, se concluiu que podia ser institucionalizado em definitivo. A responsável salientou que o Português continua a ser a língua oficial de Cabo Verde, até por força da Constituição, mas lembrou também que há um projecto de revisão constitucional (do partido que sustenta o Governo) que prevê que o arquipélago tenha como línguas oficiais o português e o crioulo. Segundo a ministra, será criada em breve uma instituição que vai acompanhar a implementação do ALUPEC em Cabo Verde. O país foi dos primeiros a ratificar o Acordo Ortográfico, um documento aprovado em Dezembro de 1990 por representantes de Portugal, Brasil, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique (Timor-Leste só após a independência). Para vigorar tinha de estar ratificado por um mínimo de três dos oito países, o que foi alcançado em 2006 com São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Brasil, seguidos de Portugal, em Maio passado.

FP. Lusa/fim

14. Breve explicação do percurso legal do Acordo Ortográfico de 1990, com alusões à Galiza:

COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 24-03-2009**

- Em 1 de outubro de 1990 o Prof. Doutor Manuel Jacinto Nunes, Presidente da ACL, envia uma carta ao Vice-Presidente da Comissão para a Integração da Língua da Galiza no Acordo da Ortografia Unificada, José Luís Fontenla, comunicando que «solicitamos a presença de dois representantes galegos, para tomarem parte, como observadores, na mencionada reunião em Lisboa, de 8 a 12 de Outubro de 1990».

- Em 12 de outubro, na Sala de Reuniões Internacionais da Academia das Ciências de Lisboa, é acordado o texto. A Delegação de Observadores da Galiza, integrada por José Luís Fontenla e António Gil Hernández, tomou parte em todas as reuniões, deliberações e debates, e aderiu ao texto final. Foi-lhes oferecido assinarem o texto junto dos representantes dos outros países lusófonos presentes.

Os delegados galegos decidem não assinar, para evitar conflitos diplomáticos.

- A Assembleia da República resolve aprovar, para ratificação, o Acordo Ortográfico, em 4 de junho de 1991. Para estar presente entre o público, é convidada a Comissão Galega do Acordo Ortográfico.

- O Presidente da República, Mário Soares, ratifica o texto. Publica-se no Diário da República em 23 de agosto de 1991. Consta de uma Introdução e 2 Anexos. O primeiro Anexo, distribuído em 21 "Bases", é propriamente o texto do Acordo com as regras ortográficas. O segundo Anexo tem por título «Nota explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)». Neste faz-se uma justificação das escolhas, e mostra-se uma filosofia da língua que tende claramente à unidade.

De importância para a Galiza eram especialmente os seguintes artigos da Introdução:

Art. 2 - «Os estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas».

Art. 3 - «O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa»

- Estava prevista a entrada em vigor do A.O. em 1 de janeiro de 1994. Visto que faltava a entrega, junto do Governo Português, da ratificação do Acordo pelos diferentes países da CPLP, o que impossibilitava a sua aplicação, (pois o compromisso era avançar juntos na aplicação das novas regras), na cidade da Praia, em 17 de julho de 1998, os governos lusófonos decidem aprovar o I Protocolo Modificativo, em que se retira do texto a data para a entrada em vigor.

- Em São Tomé, em 25 de julho de 2004, aprova-se o II Protocolo Modificativo:

Artigo 3 - «O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor com o terceiro depósito de instrumento de ratificação junto da República Portuguesa».

E, ainda, decide-se:

2. Acrescentar o seguinte artigo ao Acordo Ortográfico:

Artigo 5 - «O presente Acordo estará aberto à adesão da República Democrática de Timor Leste» 3. Estabelecer que o presente Protocolo Modificativo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados membros da CPLP tenham depositado, junto da República Portuguesa, os respectivos instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao Protocolo».

- O Brasil ratifica o Segundo Protocolo Modificativo em outubro de 2004. Em abril de 2005, Cabo Verde também. A 17 de novembro de 2006, de uma assentada, São Tomé e Príncipe ratificou o Acordo e os dois protocolos modificativos, cumprindo-se o estabelecido pelo Segundo Protocolo.

- Em 6 de março de 2008 o Governo Português decide impulsar definitivamente a aplicação do A.O., para o que envia uma resolução à Assembleia da República.

- Em 7 de Abril de 2008 tem lugar a Conferência Internacional / Audição Parlamentar, em São Bento, com a presença de 10 convidados oficiais da Galiza, entre os quais 2 oradores, que se manifestam a favor da unidade da língua escrita.

- A Assembleia da República acabou por ratificar o Segundo Protocolo Modificativo em 16 de Maio de 2008.

- O Presidente da República, Cavaco Silva, promulga o texto em 21 de julho de 2008.

- Em Angola, o Ministério da Educação daquele país começou também a preparar a ratificação do Acordo Ortográfico, afirmando que o mesmo entrará em vigor logo que seja ratificado.

- Em 15 de novembro de 2008, na Reunião Extraordinária de Ministros da Educação e da Cultura dos Países de Língua Portuguesa, decidem impulsar o A.O. Os primeiros pontos são:

1.- «Apelar aos Estados membros que ainda não o fizeram, a que ratifiquem os protocolos modificativos para que se estabeleçam no mais curto espaço de tempo uma data comum para implementar a sua utilização nos documentos e publicações oficiais».

2.- «Apoiar a constituição, com a maior brevidade, de uma comissão, composta por representantes dos Estados Membros e do IILP, para a elaboração de um Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, que inclua igualmente um léxico técnico-científico comum da língua».

- Desde 1 de janeiro de 2009 o Diário da República de Portugal é publicado conforme às novas regras ortográficas.

- Em declarações à Agência Lusa, em 30 de janeiro de 2009 o Sr. Ministro da Cultura de Portugal declara que o A.O. Entrará em vigor até 1 de janeiro de 2010, devendo editar-se, nessa altura, os jornais com as novas regras ortográficas.

Bibliografia prática sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Sobre as mudanças na norma em Portugal:

? Maarte Janssen, org (2008): Ortografia em mudança. Vocabulário. As palavras que mudam com o Acordo Ortográfico. Instituto de Linguística Teórica e Computacional. 159pp., Ed. Caminho, Rio Tinto.

? AA.VV (1995): Novo Acordo Ortográfico. Afinal, o que vai mudar?. Inclui texto integral do Acordo... 94pp., Texto Editora, Lisboa.

COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 24-03-2009**

- ? João Malaca e Correia, Pedro Dinis (2007): Atual. O Novo Acordo Ortográfico. O que vai mudar na grafia do português. 32 pp., Texto Editora.
- ? Novo Grande Dicionário da Língua Portuguesa conforme ao Acordo Ortográfico. 250,000 definições, 2 Volumes, 1969 páginas. Texto Editora.
- ? Novo Dicionário da Língua Portuguesa conforme Acordo Ortográfico. 125,000 entradas. Texto Editora.
- ? Porto Editora: Dicionário da Língua Portuguesa. Inclui a nova e antiga escrita das palavras que mudam.
- ? Edite Estrela, org. (1993): A questão ortográfica. Reforma e Acordos da Língua Portuguesa. 28 pp., Editorial Notícias, Lisboa.

Sobre as mudanças na norma no Brasil:

- ? Bechara, Evanildo (2008): O que muda com o Novo Acordo Ortográfico. 79 pp. Editora Nova Fronteira, Lucerna.
- ? Bechara, Evanildo (2008): A nova ortografia. 142 pp. Editora Nova Fronteira, Lucerna

Página útil da Texto Editores: <http://pt.textoeditores.com/index.jsp?p=31&idNoticia=6401>

Página da Porto Editora: <http://www.portoeditora.pt/dol/default.asp?param=08010100>

ÂNGELO CRISTÓVÃO, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA



15. *Sexta-feira, 30 de Janeiro de 2009 Lusofonia: Acordo Ortográfico entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2010 em Portugal*



[O ministro da Cultura, quer que o **Acordo Ortográfico**, "o

mais tardar em 1 de Janeiro de 2010", seja aplicado **"a nível oficial e em todos os meios de comunicação social"**. Em entrevista à Lusa, **Pinto Ribeiro** reafirmou a importância do Acordo Ortográfico para a **estratégia que o seu ministério pretende implementar**. Reconhecendo a importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o ministro quer **"assegurar que, concertadamente com os outros países, se avance no processo de ratificação do último a dicionarial do Acordo Ortográfico, para conseguirmos ter uma escrita unitária do português"**. Ainda segundo o ministro, **"há muitos sítios onde as autoridades se recusam a ensinar português porque não sabem se o hão-de fazer na versão escrita brasileira ou europeia. Ora, tudo isso fica resolvido através do acordo ortográfico"**, acredita. Assim, uma arma fundamental é a produção de um **corrector de texto, aplicável a várias plataformas informáticas**, que integra as novas regras da escrita em Português e que, segundo **Pinto Ribeiro**, deverá estar disponível até ao final deste mês. O ministro pretende ver o português como **"língua de trabalho em todas as organizações internacionais"**. Neste sentido, **"estamos, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), a reformular o Instituto Camões para que seja desenvolvido este trabalho de expansão da língua"** e que passará pela digitalização de conteúdos. **"Com o apoio da Comissão Europeia, estamos a trabalhar nesse sentido, como também estamos a traduzir autores portugueses para outras línguas"**, refere. Quanto aos críticos do Acordo Ortográfico, o ministro entende que **"todas as pessoas são livres de escrever como quiserem"**. **Mas pretende que "integrem a nova forma"** e, por ele, **"quanto mais cedo melhor"**. Não deixa, no entanto, de deixar uma palavra aos que **"trabalham com a língua quotidianamente - os grandes escritores, os poetas"**. Estes poderão escrever português como entenderem. Apesar do **acordo ortográfico** ter criado divisões entre artistas e escritores Portugueses, o Movimento Pensar Real ~ Pensar Portugal, congratula-se que o **Ministério da Cultura**, se empenhe na urgente reunião de esforços com a **Comissão Europeia**: na tradução de Obras de autores Portugueses em outras línguas.]

FONTES & VER+EM: <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=385225&visual=26&tema=5>

Publicada por Ricardo D'Abranches em 7:36  

<http://real-abranches.blogspot.com/2009/01/lusofonia-acordo-ortografico-entrara-em.html>

16. correcto ou correto [Ortografia / Acordo ortográfico]

O texto abaixo segue a ortografia da norma europeia. **Acompanhemos.**

Gostaria de saber se, se eu escrever como escrevia anteriormente (com a ortografia anterior ao Acordo Ortográfico), está ortograficamente errado ou também é aceite? Exemplo: "correcto" ou "correto"? Qual deles está oficialmente? Ou estarão os dois? Quando o novo **Acordo Ortográfico** estiver em vigor em Portugal, apenas a forma "correto" será considerada ortograficamente certa, correspondendo a forma "correcto" a uma grafia anterior à vigência do acordo, uma vez que este preconiza que não sejam escritas as consoantes que não são proferidas na chamada norma culta (**base IV, 1.º, alínea b**). O utilizador da língua pode optar por utilizar a nova ortografia ou não, uma vez que não pratica qualquer ilícito contravençional, isto é, manter a ortografia anterior ao novo Acordo Ortográfico não tem qualquer consequência legal, mesmo após o período de transição de 6 anos previsto legalmente (em Portugal). No entanto, quando houver uma generalização da nova ortografia, nomeadamente na comunicação social e em contexto escolar, pode ser importante e útil a aprendizagem dessa nova ortografia por motivos sociais e profissionais. A partir de determinada altura, a noção de erro ortográfico vai abranger formas que actualmente são práticas correntes, da mesma forma que actualmente são considerados erros ortográficos práticas ortográficas alteradas pelo **Acordo de 1945** (como **dicionário** ou **sciência**), ou pela **alteração de 1973** (como **praticamente** ou **sòzinho**). Sites a consultar: www.flip.pt/AcordoOrtografico/PerguntasFrequentes

17. *Novo AO, oposição portuguesa, sintaxe*

[Pergunta] Vejo comentários nesta página (não gosto de *site* ou *sítio*, pois não descrevem a realidade, vez que o se busca não é a localização lógica do servidor da página, mas sim do conteúdo, ou seja, a página) acerca do acordo ortográfico celebrado entre o Brasil e Portugal e espanto-me (vou utilizar a norma aqui, embora normalmente eu jamais falaria utilizando a ênclise) com o tom raivoso dos portugueses. Primeiro, porque a repercussão desse acordo aqui no Brasil foi mínima, ou seja, os brasileiros não deram por ela. Segundo, eu pergunto e se em vez de o acordo cortar os "c" e os "p" inúteis das palavras o Brasil passasse a escrever dessa forma haveria tanta gritaria em Portugal? Acho que não! Eu acho que a questão para tanto barulho por algo que não tem som não tem origem na língua, mas sim no fato de Portugal estar sentindo-se colonizado pela colônia. Nós poderíamos chamar esse sentimento de complexo de metrópole.

Será que é isto que está "a ocorrer" (como vocês podem ver, eu posso escrever utilizando formas portuguesas sem maiores problemas. E os portugueses podem fazer o mesmo?)?

Coloco as duas questões para apreciação, embora reconheça que não são sobre a língua, mas sim sobre geopolítica.

José Wagner Freitas Pedrosa Alcântara :: Advogado :: Porto Velho, Portugal

[Resposta] Vou responder ponto por ponto às suas questões.

1 — Compreende-se que os brasileiros não gostem da designação *sítio* para substituir o inglês *site*, pois no Brasil está muito generalizado o sentido de fazenda pequena. Note que *página* tem também o inconveniente de poder ser metonimicamente um singular a representar um plural.

Em Portugal, está dicionarizada a designação *sítio*, na Internet; mas é muito frequente a pronúncia [saite] (neste caso recomenda-se a escrita com aspas altas ou itálico). Pode ser que acabe por se cristalizar (e é a minha proposta) uma grafia que siga o critério fonético: "saite", como aconteceu com o futebol (de "football"), que já não escandaliza ninguém.

2 — Não há tons raivosos contra o Brasil nos oponentes do acordo em Portugal; mas simplesmente o desejo de conservar a história das palavras. As grafias com as consoantes mudas obedecem à etimologia e são defendidas por alguns, na ideia de que ajudam na pronúncia portuguesa da vogal anterior, como em *acção* (defesa, porém, que já não é válida em *accionar*...).

Note que a simplificação brasileira pode ser também manifestamente excessiva em Portugal. Nós não podemos usar o vosso *fato* para substituir o nosso *facto*, porque a grafia *fato* tem para nós o sentido que tem *terno* no Brasil.

3 — Não há nada a ideia de estarmos a ser colonizados pelo Brasil. Temos simplesmente orgulho numa língua que espalhámos pelo mundo e de que nos sentimos obreiros originais. As pessoas que são a favor do acordo, como eu, reconhecem o enorme empenho, em competências e investimento, que o Brasil está a fazer pela sua língua, não deixando generosamente de a designar portuguesa. Bem hajam!

4 — Não mude a sua sintaxe quando nos escrever. Na língua planetária que vamos agora construir em conjunto (com um só dicionário), todas as variantes legítimas nas diversas comunidades linguísticas serão legítimas no universo desta nossa amada língua comum.

Um grande abraço do irmão na língua.

[Ao seu dispor,](#)

D'Silvas Filho :: 23/01/2009

18. *Novos argumentos a favour do Acordo Ortográfico *D'Silvas Filho*

As pessoas que se opõem ao novo acordo insistem em argumentos novos, alguns sem grande justificação ou nos quais há nítida intolerância. Neste artigo procura-se rebater esses argumentos.

1 – Esclarecimento prévio

1.1 Defensor do novo acordo, isso não significa que o considere absolutamente perfeito. Penso que, quando se altera a língua, a mudança deve ser profunda (como a de 1911), para evitar novos ajustamentos a curto prazo (o que aconteceu logo em 1971 depois do acordo de 1945, mudança que obrigou na mesma à alteração das impressões).

Nesta ideia, alinho com o ilustre linguista brasileiro Evanildo Bechara. Eu preferiria que tivesse ido avante o projecto de 1986, que era radical por exemplo nos acentos (acabava com as diferenças António/Antônio) e nas regras do hífen. Lembra-me que, depois de ter lido todo o longo preâmbulo desse projecto, só no fim reparei que estava escrito com a nova norma proposta, o que demonstra bem como é muitas vezes desnecessária a grande complicação da norma ortográfica que ainda nos rege.

A língua precisa de ser simplificada. Sem abandonar a sua matriz etimológica, para que se adapte às várias pronúncias, deve, no entanto, expurgar-se de elementos presentemente inúteis, só mantidos para conservar a história das palavras, defendida teimosamente pelos eruditos do grego e do latim (por exemplo, teimam que em baptistério se exige um **p**, porque a palavra vem do grego βαπτιστήριον, pelo latim `baptisteriu-'; mas há muito que a pronúncia da palavra eliminou o p, letra que, assim, só serve agora para complicar a escrita). Uma coisa é o respeito pelo passado, outra é o sacrifício do presente a um passado obsoleto.

As novas gerações da informática, porque sentem a língua inutilizável tal e qual é nos processos expeditos da comunicação actual, estão, por isso, a dar-lhe uma faceta de simplificação excessiva, o que também é mau.

O novo acordo simplifica alguma coisa, não o suficiente. Defendo-o porque traz a outra vantagem que há muito os especialistas de boa-fé de Portugal e Brasil perseguem: a unificação duma língua portuguesa no universo da lusofonia. Foi a unificação fraca possível, depois da rejeição do projecto de 1986.

Repito que o Brasil considera a sua língua como sendo de Machado de Assis, mas que também a considera de Camões. Não está nos seus propósitos designá-la por brasileira. Só que essa emergência pode ser natural e inelutável, se o Brasil se vir obrigado avançar sem Portugal para o novo acordo, como já pode, com Cabo Verde e São Tomé, e, logo a seguir, com Angola, que parece estar receptiva à mudança.

1.2) Que fique bem claro que, no espírito com que estudo a língua, as pessoas que se opõem ao novo acordo e que lhe apontam defeitos merecem o maior respeito. Não quero duvidar das suas boas intenções na defesa da língua, segundo os princípios em que acreditam. Algumas, porém, usam argumentos que podem iludir as pessoas mais mal informadas, e daí eu ter sentido necessidade de voltar ao assunto.

2 – Novas objecções

2.1 Defeitos científicos

Diz-se que o acordo de 1990 apresenta os mesmos defeitos científicos que o projecto de 1986. Ora o argumento não é válido na comparação, pois um motivo (além do horror ao cágado sem acento, como lembro sempre) por que o projecto de 1986 foi abandonado era justamente ter soluções inaceitáveis nos poucos casos em que a procura da simplicidade foi imponderada (ex.: *bemaventurado, com possibilidade de retorno da grafia sobre a fonía). Isto não se verifica no acordo de 1990

Quanto ao aspecto científico na generalidade, os detractores do novo acordo sabem bem que há especialistas idóneos a afirmar que este acordo não tem problemas linguísticos. Os detractores invocam outros linguistas (que se debruçaram sobre o de 1986...) para apresentarem opinião contrária. Repete-se que a ortografia de 1990 é meramente um acordo entre pátrias, com o objectivo de terem uma "comum língua", planetária.

Nesta objecção, estamos na esfera das opiniões e não das fundamentações, válidas num universo científico.

2.2 A barafunda das duplas grafias

Insiste-se no inconveniente de haver duplas grafias no novo acordo.

Em primeiro lugar, argumenta-se que depois será necessário nos textos oficiais escrever, por exemplo, *caracteres/carateres*, pois que as duas variantes passam a ser possíveis. O argumento, contudo, não é válido, pois ninguém nos obriga presentemente a escrever *herbanário/ervanário*, lá porque existe esta dupla grafia no léxico. Dá a impressão de que alguns argumentos só aparecem por distração.

Para mostrar essa vantagem do novo acordo, basta lembrar que no Brasil, não obstante a grafia oficial ser *Antônio*, há regiões que pronunciam *Antônio* como em Portugal; e, então, segundo o novo acordo, passará a ser legal, nomeadamente no Brasil, escrever-se duma maneira ou de outra, como se entender (e não absurdamente a mesma palavra com as duas grafias). O argumento de que «assim lá se vai o acordo» também não é válido, pois é justamente o novo acordo que permite esta facilidade

Insiste-se igualmente no inconveniente de passar a haver muitas palavras que se poderão escrever de duas maneiras. Ignora-se ou esquece-se que o léxico está repleto de duplas grafias.

Num Prontuário do mercado, com um vocabulário de cerca de 28 000 entradas, e só para a letra A, foram encontradas as seguintes duplas grafias: *abscesso/abcesso*, *abrótega/abrótea*, *agrafo/agrafe*, *agradoce/agrodoce*, *álcali/alcali*, *Alcorão/o Corão*, *alciamento/aliciação*, *aloés/aloé*, *alvorçar/alvoraçar*, *ameixa/amêixo*, *ameixeira/ameixoeira*, *amolgadela/amolgadura*, *andebol/handebol*, *anfítroa/anfítriã*, *antigás/antigásico*, *aquicultura/aquacultura*, *aspirante/aspiranta*, *assassínio/assassinato*, *assíptota/assíptota*, *assobio/assovio*, *asteróide/astróide*. Ora como esta parte do Vocabulário do citado Prontuário só tem 1500 entradas, uma extrapolação, primeiro para o Vocabulário inteiro e depois para um outro com, por exemplo, 350 000 entradas, dá presentemente muitos milhares de duplas grafias na língua (veja-se o Vocabulário da Academia Brasileira de Letras).

Este argumento contra o acordo não é decisivo, porque não levanta um precedente.

A dupla grafia sempre se considerou estilisticamente uma riqueza da língua, pois permite mudar a palavra num texto, para fugir às repetições.

As duplas grafias propostas no novo acordo são igualmente uma riqueza da língua no seu aspecto universal; não propriamente na ideia de mistura num mesmo texto, mas no facto de que estabelece, em todos os países da lusofonia, a legalidade das variantes da "comum língua", sem necessidade de usar textos diferenciados.

2.3 H inicial e h interior.

As regras defendidas no novo acordo são iguais às que presentemente nos regem. Não se percebe a argumentação na comparação com a supressão das consoantes mudas. Entre *baptistério* e *batistéria* por exemplo, ou entre *accionar* e *acionar* não se põe o mesmo problema de rejeição que haveria nas grafias *oje ou *ora em relação a hoje ou hora, que estão já assim fixadas na memória visual.

Este argumento contra o novo acordo não é válido.

2.3 Vocabulário comum

A necessidade do vocabulário comum não passou nada a ser ignorada. No preâmbulo do acordo de 1990, o que se previa era que dois anos antes do acordo entrar em vigor seria necessário um vocabulário comum. Ora, mesmo que o novo acordo entre em vigor daqui a 4/5 anos (2012/2013, como algumas editoras importantes já aceitam), o vocabulário comum será indispensável lá para 2010/2011, a fim de, depois, se ir elaborando a impressão dos textos que terão obrigatoriamente a nova grafia. A questão agora é unicamente Portugal aceitar que vai mesmo pôr o novo acordo em vigor, lá mais para diante.

Mas se o Vocabulário comum estiver acessível antes, isso seria vantajoso, também para a elaboração atempada de correctores de texto, por exemplo.

Volta a lembrar-se que já existe um Vocabulário completo e actualizado, o da Academia Brasileira de Letras, de 1998, que existe também um vocabulário completo da Academia das Ciências de Lisboa, de 1940, e que os responsáveis dizem que elaboram um vocabulário actualizado satisfatório para Portugal em poucos meses.

Este argumento contra o acordo não é significativo, embora se reconheça que o Vocabulário já devia estar feito, se tivesse havido responsabilidade portuguesa como houve brasileira.

2.4 Nomes das letras

A norma actual também não impede que ao *w* uns chamem *dáblio*, outros *dáblio*, outros ainda *dublo v*; ao *m* uns chamem *eme*, outros *mê* (na iniciação às letras), etc., etc.

Este argumento contra o acordo não é consistente.

2.5 História das palavras e dicionários com divergências

O problema poderá ser resolvido com o Vocabulário comum oficial, que servirá de modelo depois para os lexicógrafos.

Este argumento é importante e deve ser ponderado na elaboração do Vocabulário

2.6 *bainha, moinho, rainha*

O texto da norma actual efectivamente não diz que *i* «constitui sílaba com *nh*», mas simplesmente «que está seguida de *nh*». Repare-se, porém, que se pode defender que a nasalação de *nh* tem influência especificamente na pronúncia nasalada do *i* anterior, e é essa ligação que justifica a dispensa de acento no *i* para converter a semivogal em vogal (como acontece por exemplo em *sairdes*).

Este argumento é um pormenor técnico da descrição, que não é significativo para se recusar o novo acordo. A regra estabelecida não é alterada pelo facto de se dizer de uma maneira ou de outra, significando que o *i* está antes de *nh*.

2.7 Sufixos *-zinho e -zito*

Será em rigor como se argumenta. A verdade é que, por exemplo, a idónea obra de Celso Cunha e Lindley Cintra regista *-zinh* como sufixo. Estes ilustres linguistas resolveram aceitar a designação usual, sem entrarem em preciosismos eruditos.

Este argumento impede a ratificação do acordo? Claro que não

2.8 *Baía de Todos-os-Santos e Todos os Santos*

São nomes de natureza diferente. *Baía de Todos-os-Santos* é um topónimo, e, como tal, obedece às regras dos topónimos. *Todos os Santos* é uma festividade, e como tal, é dispensada de hífenes no novo acordo.

De acordo que há incoerência; mas também na norma actual se podem encontrar incoerências.

Esta incoerência não é decisiva para se recusar o novo acordo.

2.9 Hífen em *hã-no*

Deve ter havido confusão na comparação que foi feita, pois no caso de *hei de* estamos em presença da regência do verbo *haver* com a preposição *de*, onde o hífen pode ser dispensado, ao passo que em *hã-no* estamos na conjugação pronominal, que obedece às regras da Base XVII, 1.º

Este argumento não é consistente.

2.10 "*Ou sejam*" e "diagramas"

É óbvio que há gralhas nas grafias. A este nível de sabedoria não podemos pensar que os linguistas do acordo ignoravam que um dígrafo é a mesma coisa que um dígrama (não diagrama). Dá vontade de parafrasear as palavras bíblicas: quem nunca teve gralhas nos seus trabalhos que atire a primeira pedra (eu não atiraria...).

3 – A unidade na língua

Repito mais uma vez que a unidade da língua portuguesa na lusofonia é obtida no novo acordo com facto de a unificação permitir que, assim, seja aceitável a existência de um único dicionário no universo da língua. E repare-se que há manifesta incoerência nas pessoas que reclamam contra as duplas grafias e que depois aceitariam um dicionário que contivesse todas as numerosíssimas grafias diferentes nas variantes europeia e brasileira actuais, com ou sem as consoantes mudas.

? texto inserto na [página pessoal](#) do autor — 22/02/2008

?

19. *Os argumentos anti-Acordo Ortográfico rebatidos ponto por ponto* * *D'Silvas Filho*

Os argumentos de quem está muito assustado com o novo Acordo e aparece na liça a combatê-lo são comuns, repetitivos. Rebato-os a seguir, ponto por ponto, mais uma vez.

Sacrifício feito ao Brasil

Aqueles que resistem ao novo Acordo apresentam argumentos nacionalistas, dizendo que há no novo Acordo subserviência ao Brasil.

Na minha página pessoal na Internet, www.dsilvasfilho.com, em "Problemas ortográficos" (> Linguística), pode verificar-se, no capítulo do "Novo Acordo Ortográfico" e nas anotações a verde, que há 18 alterações de forma *não facultativas para o Brasil* (tópicos de exemplo: alfabeto, *-oo-*, *-eia*, *-eico*, *baiuca*, *para*, *polo*, *pela*, *-eem*, *-oi-*, *frequente*, *paraquedas* etc., *micro-ondas* etc., *antirreligioso* etc., *cosseno* etc., *autoestrada* etc., *coopositor*, *bibliónimos*, etc.).

Ora se somarmos as alterações de forma para Portugal, temos mais as alterações nas consoantes não articuladas (*ct*, *cc*, *cç*, *pt*, *pc*, *pç*), os pormenores de simplificação como *fim de semana*, *hei de*, *fulano*, *outubro*, *disciplina de matemática*; mas há mudanças para o Brasil que são grafias usuais em Portugal: *-eico*, *-oo*, *-eia*, *baiuca*, *frequente*.

Onde é que está a subserviência? Sobretudo em acabarem as consoantes não articuladas? De facto as alterações são neste caso numerosas para Portugal, dado que as palavras com consoantes mudas são uma praga no português europeu. É só isto que engrossa a estatística brandida pelos opositores. Fazem por ignorar que, nas alterações de forma combinadas entre os dois países, há cedências dum lado e do

outro, para se conseguir a unidade. Unidade que, aliás, é impressionante em quase todos os pontos das duas normas ortográficas, com exclusão de muito poucos casos, como este das consoantes mudas, que constitui, assim, um desentendimento incompreensível. Incompreensível agora, pois, com embalagem na corajosa revolução de 1911 na língua, Portugal em 1931 já tinha feito um Acordo escrito com o Brasil no **objetivo** de se acabar com as consoantes não articuladas. Só que depois Portugal não cumpriu com essa combinação em 1945, em plena era dos nacionalismos salazaristas (que, se excessivos, deixam a dúvida de não serem hoje os mesmos) e da ufania do império colonial. Este conservadorismo era (e é) francamente desnecessário pois não há razões técnicas válidas (veja-se accionar, didáctica, e, num outro **aspecto**, note-se que pegada ou "a distinção entre pega ave e pega forma verbal" não precisam para nada de consoantes mudas para mudar o timbre da vogal). Assim, o Brasil não acatou a nossa prepotência nessa altura; e o que fazemos agora não é mais do que cumprir finalmente com a nossa palavra de responsável progenitor na língua. Veremos se os nacionalistas portugueses poderão continuar no seu orgulho do passado quando os brasileiros catequizarem mais países a seguirem-nos no novo Acordo, além daqueles que já passaram para o seu lado. Repare-se que não é por se suprirem as consoantes mudas que a língua deixa de ser predominantemente etimológica

, como convém que seja para se adaptar bem a várias pronúncias. Quem teve o cuidado de **efetivamente** analisar o novo Acordo (só, por exemplo, nas Bases II, III e V) não pode deixar de concluir que houve a preocupação de respeitar a história das palavras. Recomenda-se vivamente esta análise no texto original, antes de se fazer comentários sobre a tendência exclusivamente fonética do novo Acordo. As meias-verdades não são aceitáveis em pessoas de reconhecida honestidade intelectual.

É também indiscutível que a língua fica mais simples na aprendizagem sem as consoantes mudas; e não nos venham dizer que é fácil explicar a uma criança porque baptismo precisa de um **p** ou porque electricidade precisa do primeiro **c**. Fica também um pouco mais simples (mas ainda não o necessário) nas regras do hífen, nas das maiúsculas e nos acentos das poucas palavras que os tinham para evitar confusões com termos caídos em desuso.

Não vejo o estudo da língua como um contraditório político, ou debate de emoções, mas uma análise de factos concretos.

A barafunda das duplas grafias

Não é verdade que o Acordo de 1945 tenha eliminado completamente as duplas grafias do nosso léxico europeu. Lembre-se por exemplo ervanário e herbanário que aparecem nos dicionários, ou tenha-se o cuidado de estudar todos os casos de inúmeras entradas que remetem para outras nos dicionários mais completos.

É verdade que, para evitar as duplas grafias António e Antônio, o acordo de 1945 considerava que o acento agudo poderia funcionar como circunflexo nos casos de diferença de timbre; mas temos de aceitar que a **ideia** era bizarra, e não admira que os brasileiros não a tenham seguido.

Sacrifício das editoras portuguesas nos países africanos

Esta é na verdade uma questão da maior importância, que deve ser ponderada com cuidado, pois o mercado brasileiro permite muito maiores tiragens que o português. Isto será relevante nos dicionários. Mas será-lo-á nos livros destinados ao ensino? O mercado a ter em consideração não será sempre aquele a que estes livros de ensino se destinam?

Sublinha-se que o que tem havido é um favoritismo gentil destes países de língua oficial portuguesa no facto de seguirem a ortografia **europeia**, diferente da do Brasil. Mas se o Brasil avançar, como já pode, com o novo acordo, lá se vai o favoritismo em todos os países que preferirem a grafia unificada e um pouco mais simples. Então, ficaremos nós blindados por nosso lado. Os políticos que tomam presentemente as decisões neste caso, e demonstraram coragem noutros, devem também ponderar esta hipótese desfavorável.

As editoras portuguesas com visão de futuro já estão a dizer que lhes basta um período de adaptação de 4 a 5 anos. Outras estão já a montar as suas gráficas em países de língua oficial portuguesa; e, neste caso, será o nacionalismo desses países que tenderá a preferir produtos neles realizados e provavelmente mais económicos, sem custos de longos transportes.

Falta o vocabulário comum

Pois falta. Mas este argumento para a não ratificação é falacioso, pois o vocabulário só é indispensável quando o acordo entrar mesmo oficialmente em vigor. Nada impede que a ratificação seja feita agora, como decisão sem retorno, e que o vocabulário comum apareça depois. Aliás, consta que é possível Portugal ter pronto um vocabulário moderno de 150 000 entradas em poucos meses. Em conjunto com o completo vocabulário da Academia Brasileira de Letras, de 1998, e com recurso à **atualização** do também completo Vocabulário da Academia das Ciências de Lisboa de 1940, seria possível uma equipa de lexicógrafos de boa vontade combinar rapidamente esse Vocabulário Comum.

Note-se que as dúvidas que presentemente o exigem até não são muitas. É perfeitamente possível, escrever já com base no novo Acordo unicamente com recurso às obras publicadas que têm termos do futuro, como, por exemplo, o "Prontuário" da Texto Editores.

O novo Acordo vai trazer muitos custos económicos.

Claro que vai. Mas também a reforma de 1911, o acordo de 1945 e até a simples alteração de 1973 (palavras derivadas) trouxe custos económicos, pois obrigou a novas impressões para a nova ortografia. É preciso não esquecer, porém, que esse obstáculo impediria sempre mudanças na ortografia da língua, quaisquer que elas fossem e que as implicações económicas não inibiram os corajosos políticos do passado. O adiamento da ratificação de Portugal ao Protocolo, prometido ao Brasil para 2007, é um mau sintoma quanto à alardeada coragem dos nossos governantes.

O novo acordo é uma confusão

O estudo foi elaborado por distintos **linguistas**, que devem ser respeitados. Há neste país uma indelicadeza generalizada para os estudiosos da língua (quando estes sugerem mudanças) como se cada um dos "indelicados" fosse dono ou um guardião do património **linguístico**, afinal comum. O que se passou no caso da TLEBS é paradigmático. Considerou-se, muitas vezes com termos ofensivos, que a TLEBS devia ser

ignorada, que fosse mesmo considerada de todo inaceitável. Ora, afinal a TLEBS depois da Revisão volta com o mesmo nome, incluindo cerca de 60% dos mesmos termos e mais aproximadamente 100 novos termos...).

O defeito que o novo acordo tem é de ser insuficiente... na mudança... Quem o estuda conclui que, pelo contrário, houve um esforço de conseguir a uniformidade com um mínimo de alterações possíveis, depois do chumbo alarmista da proposta inovadora de 1986.

Também se diz que o novo acordo ortográfico tem defeitos científicos. Ora abusa-se um pouco do termo científico. Existe erro científico quando as regras e o método são mal aplicados, e as conclusões deixam de ser científicas (válidas para o universo da ciência). Pode-se dizer que foi isto o que se verificou no novo acordo? Não, pois, contrariamente, não havia o propósito de estabelecer decisões cientificamente irrefutáveis. Então para quê falar de ciência, em vez de convenção, simplesmente de... acordo?

O caso espanhol

A Academia espanhola até conseguiu, há bem pouco tempo, uma gramática uniformizada para toda a hispanofonia...

A unidade na língua

A unidade da língua portuguesa na lusofonia é obtida com o novo acordo pois passa a haver um único dicionário no universo da língua. A unidade é também conseguida no facto de deixar de haver necessidade de duplos textos em documentos oficiais (como, por exemplo, somos até obrigados a fazer em Ciberdúvidas, para não confundir os irmãos brasileiros que nos *leem*). Todos os termos que figurarem no Vocabulário Comum passarão a ser legais em qualquer dos países de língua oficial portuguesa que tenham novo acordo em vigor.

As novas dificuldades na escrita

Claro que há necessidade de adaptação à mudança, aliás não muito difícil, como se pode observar até neste texto, válido também o Brasil no novo acordo (diferenças para o novo acordo no texto corrente [excluindo os termos apresentados como exemplos, ou duplas grafias]: a vermelha sublinhadas com um traço interrompido para **Portugal**; a verde e traço grosso para o **Brasil** e em **italico** para ambos). São muitas? Contem!

Lembra-se finalmente que, qualquer que seja a nossa idade, espírito jovem é o daquele que aceita o devir de Heraclito como uma lei natural e não o de quem está sistematicamente contra a mudança, sem sequer atender ao seu lado positivo.

* **texto originalmente escrito para a [página pessoal](#) do autor, na Internet — 08/01/2008**

20. Cabo Verde adopta Acordo Ortográfico a partir do Verão

2009-01-22 19:09

Cabo Verde,

Cidade da Praia, 22 Jan (Lusa) -- Cabo Verde vai adoptar o Acordo Ortográfico a partir do segundo semestre deste ano, o qual terá uma transição entre seis e dez anos, foi hoje decidido pelo governo da Cidade da Praia.

Embora sem data definitiva marcada, segundo a porta-voz do conselho de ministros, Janira Hopffer Almada (ministra da Presidência e dos Assuntos Parlamentares), o acordo deverá entrar em vigor entre Julho e Agosto, dando tempo para que os manuais para o próximo ano lectivo já contemplem as alterações. "É nosso interesse que as novas normas sejam ministradas no ensino com carácter de tolerância", disse a ministra, explicando que durante a fase de transição não será considerado erro a escrita que não tenha em conta o Acordo Ortográfico. O plenário do Governo aprovou também hoje um decreto-lei que institucionaliza o ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano), frisando a ministra que o alfabeto respeita as variantes da língua em cada uma das ilhas. Salientando que a língua crioula já foi objecto de sistematização desde 1885, que foi utilizada por intelectuais durante todo o século XX, de Eugénio Tavares a Baltasar Lopes da Silva e B. Léza, Janira Almada lembrou que o ALUPEC foi consagrado como alfabeto experimental em 1998 e que no final do ano passado, durante um encontro sobre a língua cabo-verdiana, se concluiu que podia ser institucionalizado em definitivo. A responsável salientou que o Português continua a ser a língua oficial de Cabo Verde, até por força da Constituição, mas lembrou também que há um projecto de revisão constitucional (do partido que sustenta o Governo) que prevê que o arquipélago tenha como línguas oficiais o português e o crioulo. Segundo a ministra, será criada em breve uma instituição que vai acompanhar a implementação do ALUPEC em Cabo Verde. O país foi dos primeiros a ratificar o Acordo Ortográfico, um documento aprovado em Dezembro de 1990 por representantes de Portugal, Brasil, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique (Timor-Leste só após a independência). Para vigorar tinha de estar ratificado por um mínimo de três dos oito países, o que foi alcançado em 2006 com São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Brasil, seguidos de Portugal, em Maio passado.

FP.Lusa/fim

21. A reforma ortográfica e o verificador ortográfico da Microsoft

As ferramentas de revisão de texto do Office 2007 (verificadores ortográfico e gramatical e o dicionário de sinónimos) estão sendo adaptadas às novas regras ortográficas. A atualização das ferramentas de revisão de texto do Office 2007 estará disponível para download no segundo semestre de 2009. A nova versão do Office, Office 14, também conterá uma versão atualizada (com as novas regras ortográficas) das ferramentas de revisão de texto. Como há um período de transição de quatro anos para adaptação às novas regras, na nova versão das ferramentas de revisão de texto do Office, o usuário poderá optar entre realizar uma verificação ortográfica com as regras ortográficas antigas ou com as novas regras. Como sabemos, alguns pontos do Acordo Ortográfico só serão completamente esclarecidos após a publicação do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da ABL, que deverá ser lançado na primeira semana de março. O esclarecimento dessas indefinições é de importância fundamental para que a Microsoft possa garantir a qualidade da atualização das ferramentas de revisão de texto do Office. Published Friday, January 16, 2009 1:22 PM by [paula barreto](#)

22. **Informativo-Notícia 2009-01-09 Jornal "O Despertar" começa a aplicar acordo ortográfico**

Em declarações à agência Lusa, o director daquele semanário, Linho Vinhal, explicou que, "estando em perspectiva a entrada em vigor do acordo a curto prazo, seria útil e dentro do papel da comunicação social ir habituando os leitores a uma grafia que boa parte das pessoas vai estranhar". "É uma forma de nos irmos adaptando e de efectuarmos uma transição de forma lenta, que prevejo ter outra aceitação junto do público", acrescentou o responsável, adiantando que a alteração "resulta também do aproveitamento de uma equipa de profissionais do jornal que gosta de inovar". Fundado a 02 de Março de 1917, "O Despertar" assume-se como um jornal republicano na "defesa intransigente dos interesses legítimos de Coimbra - cidade, concelho, distrito e região". Segundo o Lino Vinhal, a nova grafia será usada apenas em termos de redacção, tanto por parte dos jornalistas como pelos colaboradores, devendo, em breve, os textos publicitários acompanhar a mudança. "Vamos esperar pela reacção do público e quando a nova grafia estiver interiorizada pelas pessoas os anúncios vão também ser redigidos de acordo com o novo acordo ortográfico." ▲

23. **Autores africanos discutem acordo ortográfico da língua portuguesa 8 Janeiro 2009**

Segundo eles, as novas normas devem aumentar o intercâmbio editorial entre países que falam o português.

Da Redacção



Brasília - Os autores africanos de países lusófonos, de um modo geral, consideram o acordo ortográfico benéfico não só para a língua como para o intercâmbio editorial, que tende a crescer, segundo eles. Recentemente, na última Festa Literária Internacional de Porto de Galinhas (Fliporto), em Pernambuco, o escritor e editor angolano José Eduardo Agualusa defendeu o acordo, argumentando que o português "é uma construção conjunta dos países lusófonos, e não propriedade de Portugal", cuja resistência ao mesmo foi, segundo ele, uma "reação conservadora". Agualusa participou de uma mesa de discussões sobre o assunto com o académico Domício Proença Filho e a professora da Universidade Federal de Pernambuco, Maria José de Matos Luna, e, depois, com os angolanos Pepetela e Ondjaki, igualmente favoráveis ao acordo. Numa outra mesa, que reuniu autores moçambicanos como Paulina Chiziane, a reacção ao acordo foi semelhante, sendo visto como sinónimo de expansão do mercado editorial, o que justificaria o interesse do maior grupo português do setor, o Leya, em fazer propostas milionárias a editoras brasileiras como a Companhia das Letras e o grupo Record, até o momento rejeitadas. O grupo Leya vende anualmente 10 milhões de livros didáticos para Angola, o que

explica essa pressão na aquisição de um grande grupo editorial brasileiro, conforme informações divulgadas pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Em defesa do acordo

Agualusa sempre foi um defensor do acordo. Em Angola, assim como em Moçambique, há poucas editoras. A maioria das edições é importada e ter duas ortografias num mesmo território era um problema e tanto até agora. Sócio da editora Língua Geral, Agualusa não podia, por exemplo vender seus livros infantis em Moçambique por serem editados segundo a ortografia adotada no Brasil. A partir deste ano, o problema, espera, estará definitivamente resolvido. "Portugal acha que a língua é dos portugueses, isso quando eles foram colonizados pelos árabes, esquecendo ainda que o centro, hoje, é o Brasil, com 95% dos falantes". Agualusa admitiu que a sua é uma defesa política do acordo. Domício Proença Filho, autor de 50 livros e membro da Academia Brasileira de Livros, defendeu o acordo no encontro de Porto de Galinhas, lembrando justamente o carácter político que dificultou até bem pouco tempo a reforma. "Há um século tentamos uma regulação ortográfica, sendo a primeira tentativa dos filólogos datada de 1911", disse, lembrando que a pioneira proposta concreta de acordo, em 1931, não "pegou", em parte porque os modernistas queriam deixar claro sua independência de Portugal. Em 1938, uma nova tentativa foi feita, mas as duas ortografias, a portuguesa e a brasileira, seguiram caminhos diferentes, provocando ônus adicional na emissão de documentos. Em 1971, caíram finalmente os acentos diferenciais e o trema esteve por um fio. Quatro anos depois, no auge do processo de descolonização portuguesa em África, problemas políticos impediram a assinatura do acordo e, finalmente, em 1989, o filólogo Antonio Houaiss e a Academia de Ciências de Lisboa chegaram a um texto novo, aprovado em 1990, em Lisboa. O acordo deveria ter entrado em vigor em 1994, mas questões de identidade nacional e hegemonia política entraram em jogo. Finalmente, em 29 de setembro do ano passado, por decreto, foi aprovado.

Reações

Ele é bom? Para Domício Proença Filho, as regras não são difíceis, mas o texto do acordo está longe do ideal. "O critério é mais fonético que etimológico". O grande nó, segundo ele ainda é o hífen. "Deveria ter sido eliminado, simplesmente", defendeu o académico na Fliporto, classificando o acordo de "tímido". A vantagem principal, segundo o escritor, é que o novo acordo ajuda no processo de alfabetização. Os portugueses discordam. O académico Vasco Graça Moura, primeiro signatário da Petição em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico, que desde maio do ano passado recolheu mais de 90 mil assinaturas, considera que ele serve aos interesses políticos e

COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZACAO EM 24-03-2009**

econômicos do Brasil. Os números não são, de fato, desprezíveis. Há 10 milhões de portugueses e 14 milhões de angolanos falando a língua e potenciais compradores de livros brasileiros. Domicio Proença acha, porém, que não há razões que justifiquem a desconfiança no "imperialismo lingüístico" do Brasil, como a de Graça Moura, que acusa o País de "abrasileirar" o português europeu. A escritora moçambicana Paulina Chiziane, primeira mulher a escrever um romance em se país, acha que essa resistência ao acordo reside numa tentativa inútil de preservar a hegemonia que os portugueses já perderam com o advento de uma literatura africana independente da sintaxe da colônia. Ela sempre defendeu a primazia da oralidade sobre a palavra escrita - e essa também é uma atitude tão política como a de Pepetela, que escreveu uma história de Angola contada segundo o ponto de vista do colonizado. Para o multipremiado escritor brasileiro Cristóvão Tezza, que ganhou todos os principais prêmios literários do Brasil em 2008, trata-se, sim, de um problema político esse da reforma ortográfica. "A questão central é a utopia de se criar uma comunidade portuguesa mundial, como se isso fosse possível", diz, esclarecendo, no entanto, que não pertence à turma da resistência ao acordo. "O único que teve a coragem de desafiar a ortografia foi Monteiro Lobato", brinca. "De resto, a seguimos todos como bons cordeiros".

<http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=8037405&canal=403>